



MUNICÍPIO DE AVEIRO Assembleia Municipal

ACTA N.º 49

Sessão Ordinária Novembro

1.ª Reunião em 11/11/2016

Aos onze dias do mês de Novembro do ano dois mil e dezasseis, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Mesa da Assembleia, António do Pranto Nogueira Leite (chegou atrasado), pela Primeiro Secretário, Maria José Teixeira de Moraes Afonso França, e o Segundo Secretário Jorge Carvalho Arroiteia, e com a presença dos Vogais, Henrique Manuel Moraes Diz, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Mónica Filipa Cristovão Gomes, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, Silvestre Paiva Martins, Casimiro Simões Calafate, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, António Luis Andias Gonçalves, Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, Paulo Alexandre Florentino Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Miguel António Costa da Silva, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, João Alberto Simões Barbosa, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, João Carlos Rodrigues Morgado, Jorge Manuel do Nascimento, Rui Lima Batista, Aida Isabel Pereira Tavares, Nuno Frederico Miranda Leite, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, Filipe Seça Neves Barbado Guerra.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, a Presidente da Mesa em Exercício, declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da sessão faltaram os Vogais, Daniela Marisa Pereira de Magalhães, e Maria Cristina Regales de Jesus Pires.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Carla Raquel Castro da Rocha Madureira, Luís Miguel Capão Filipe, e Manuel Oliveira de Sousa.

Não estiveram presentes os Vereadores, João Francisco Carvalho de Sousa, Paula Cristina Dias Urbano Antunes e Rita Alexandra Verdade da Encarnação.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião, dos vogais, Victor Manuel da Silva Martins, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Maria da Luz Nolasco Cardoso, e João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Rui Lima Batista e António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto.

Também e nos termos da legislação em vigor, a Presidente da Mesa em exercício, informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, David Paiva Martins, Fernando

Tavares Marques, Antero Marques dos Santos e Henrique da Rocha Vieira, se fizeram substituir nesta reunião por Silvestre Paiva Martins, António Luis Andias Gonçalves, Miguel António Costa da Silva e Nuno Frederico Miranda Leite.⁰⁰²

Os sucedâneos nas listas de candidaturas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Maria Leonor Nunes dos Reis, Rita Alexandra Monteiro Baptista, Rui Miguel Bartolomeu Maio, e Virgínia Maria Melo Matos, pediram escusa.

Foram efetuados o reconhecimento de poderes.

Continuando a Presidente de Mesa em Exercício, deu conhecimento ao Plenário, nos termos do artigo 76.º da Lei 5-A/2002, de 11 de Setembro, o pedido de renúncia ao mandato, do Vogal António dos Santos Costa, sendo substituído pela sucedânea na lista do Movimento Independente Juntos Por Aveiro, Aida Isabel Pereira Tavares. Não se verificando oposição a Presidente da Mesa verificando a identidade e legitimação deu-lhe posse.⁰⁰³

A seguir a Presidente da Mesa leu a “*Ordem do Dia*” para esta Sessão Ordinária de Novembro, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1 – Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal de 06SET16 a 07NOV16;

Ponto 2 – Apreciação e votação da proposta do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2017;

Ponto 3 – Apreciação e votação da proposta da Derrama para 2017;

Ponto 4 – Apreciação e votação da proposta da Participação variável no IRS para 2017;

Ponto 5 – Apreciação e votação da proposta da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2017;

Ponto 6 – Apreciação e votação da proposta de Atualização de Taxas - RUMA (Regulamento Urbanístico do Município de Aveiro) e RMTOR (Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas);

Ponto 7 – Apreciação e votação da proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017;

Ponto 8 – Apreciação e votação da proposta de Concessão do Direito de Ocupação de Espaço Público para Instalação e Exploração de Publicidade;

Ponto 9 – Apreciação e votação da proposta do Contrato de Comodato com a Freguesia de Santa Joana - Fração autónoma designada por "BU" do Empreendimento Habitacional do Caião III;

Ponto 10 – Apreciação e votação da proposta do Protocolo celebrado entre a ANMP e a EDP, alteração do Anexo I ao contrato tipo de concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão aprovado pela Portaria n.º 454/2001, de 5 de maio, de Iluminação Pública;

Ponto 11 - Apreciação e votação da proposta para Constituição da Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica [AptCC] e adesão do Município de Aveiro na qualidade de Município Fundador;

Ponto 12 – Apreciação e votação da Proposta de Recomendação “Criação da Tarifa Social da Água”.

Continuando, a Presidente da Mesa informou que ia colocar à votação do plenário as actas das sessões anteriores⁰⁰⁴ em tempo distribuídas por todos os membros da Assembleia:

Acta n.º 46 – Sessão Ordinária de Setembro – primeira reunião realizada em 09-09-2016: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com vinte nove votos a favor, duas abstenções, e zero votos contra.

Acta n.º 47 – Sessão Ordinária de Setembro – segunda reunião realizada em 16-09-2016: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com vinte nove votos a favor, duas abstenções, e zero votos contra.

Acta n.º 48 – Sessão Extraordinária em Outubro – realizada em 28-10-2016: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta votos a favor, uma abstenção, e zero votos contra.

Continuado, a Presidente da Mesa em Exercício⁰⁰⁵ nos termos regimentais, deu início ao *Período de Antes da Ordem-do-Dia*, dando conhecimento dos tempos tipificados no Regimento para cada grupo municipal.

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Os grupos municipais indicaram, nos termos regimentais, quais os vogais que iam intervir neste ponto da *ordem-do-dia*:

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁰⁶

“Exmo. Senhor Presidente, Exmos. Senhores Deputados, Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores e demais presentes.

Realizaram-se esta semana eleições para a Presidência, assim como para o Senado e a Câmara de Representantes dos Estados Unidos da América.

Eleições estas que expressaram profundos problemas, contradições e desigualdades que percorrem a sociedade daquele País, que são expressão do aprofundamento da crise estrutural do capitalismo que afecta particularmente a maior potência imperialista do Mundo.

Uma campanha eleitoral que expressou de forma muito clara a degradação do sistema político dos EUA, facto inseparável da crise social e da desilusão provocada em vastos

sectores populares pela presidência Obama que, tanto no plano interno como externo, defraudou as expectativas de mudança que falsamente foram alimentadas.

A eleição de Donald Trump como Presidente dos EUA poderá aprofundar ainda mais a política externa reacionária e agressiva dos EUA levada a cabo por sucessivas administrações, e da qual a candidata derrotada foi destacada protagonista.

Tal facto realça a importância da intensificação e alargamento da luta pela paz e contra as ingerências e agressões do imperialismo, nomeadamente do imperialismo norte-americano.

No nosso país, aproveitando as contradições e responsabilidades do Governo perante a recusa dos administradores da Caixa Geral de Depósitos em apresentarem a sua declaração de rendimentos, PSD e CDS desenvolvem o seu plano de desestabilização daquela instituição bancária, procurando inviabilizar a sua recapitalização e pôr em causa a sua manutenção como Banco público.

Sobre o assunto o PCP reafirma que os administradores da Caixa Geral de Depósitos estão obrigados a apresentar ao Tribunal Constitucional as suas declarações de rendimentos, mas, em simultâneo, exige que o Governo clarifique a sua posição, rejeita as manobras em curso por parte do PSD e CDS e assume a inequívoca defesa da CGD – a sua recapitalização – como instituição bancária pública ao serviço da economia do País.

Na semana passada foi discutida, votada e aprovada na generalidade na Assembleia da República a proposta do Governo de Orçamento do Estado para 2017. Uma proposta que como o PCP tem sublinhado consagra medidas positivas com origem na iniciativa e contribuição do PCP, mas que fica muito aquém das necessidades e possibilidades do País em resultado das opções do PS e do seu Governo de não enfrentarem os interesses dos grupos monopolistas e os constrangimentos da submissão ao euro e à União Europeia ou de não encararem a renegociação da dívida como medida necessária.

O PCP votou favoravelmente na generalidade esta proposta de OE, consciente das medidas positivas que contém no caminho da reposição de rendimentos e direitos e não ignorando nem subestimando os seus diversos aspectos negativos.

Honrando os seus compromissos com os trabalhadores, o povo e o País, o PCP intervirá agora no debate na especialidade pelo fim das restrições aos direitos e remunerações dos trabalhadores da administração pública e do sector empresarial do Estado, pelo aumento dos seus salários, pelo combate à precariedade, pelo aumento do número de escalões no IRS e pelo aumento do valor dos mínimos de subsistência para efeitos de tributação; pelo reforço e alargamento do abono de família, do subsídio de desemprego e outras prestações sociais, pelo aumento de dez euros em todas as pensões, incluído as mais baixas, entre muitas outras medidas e propostas.

O caminho que tem sido percorrido, sem a libertação do país do Euro e das regras do Pacto de Estabilidade, sem a renegociação de uma dívida pública insustentável, sem uma ruptura com a política de direita, ficará cada vez mais estreito e tenderá a esgotar-se.

Os problemas estruturais de que o país padece, reclamam respostas estruturais. Exigem, de facto, uma outra política, uma política que o PCP tem vindo a propor ao povo português.

E, intensificando a sua intervenção, estimulando a acção de massas, agindo pelo alargamento da unidade e convergência com democratas e patriotas lutará pela ruptura com a política de direita e por uma política patriótica e de esquerda, capaz de dar resposta a problemas estruturais da vida do País.

Vivemos, pois, um momento em que se torna ainda mais evidente a necessidade e importância da luta dos trabalhadores e das populações pela defesa, reposição e conquista de direitos que respondam aos seus interesses de classe. Tenho dito.”

Vogal António Neto (BE)⁰⁰⁷

Vogal Aida Tavares (JPA)⁰⁰⁸

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal Ernesto Carlos Rodrigues Barros)

Vogal Marques Pereira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁰⁹

“Muito obrigado. É um prazer receber a palavra de V. Exa pois há muito tempo que não a víamos por cá. Seja rebem-vinda.

Em primeiro lugar deixar aqui uma nota, porque desconhecia o facto do pedido de renúncia ao mandato do Senhor Santos Costa, e a bancada do Partido Socialista não deve e não deixa passar esse facto em claro. Deixar aqui uma nota de que o Senhor Santos Costa é uma referência da política aveirense. Um autarca de longos anos e que renuncia agora por razões pessoais. Ouvimos como todos ouvimos e gostaria de deixar uma saudação amiga e um obrigado pela presença que um pouco errática neste mandato, de ter estado aqui na Assembleia connosco. Queremos deixar essa nota e desejarmos sorte para a sua vida.

Segundo ponto fazer aqui uma pequena correção. Nós recebemos documentação nos nossos emails e as actas referentes à reunião extraordinária da Câmara onde se votou as questões ligadas à fiscalidade contém um erro. O Partido Socialista não votou contra aquele elenco de impostos que estão agendados para esta sessão da assembleia, mas votou sim abstenção. E portanto queria dar essa nota a todos os deputados municipais e estou seguro que essa correção se procederá pelas vias normais. Acta da Câmara naturalmente.

Agora tenho uma questão que me preocupa até porque no passado tive ocasião de me debruçar com alguma profundidade sobre o assunto, aquando da decisão do anterior executivo ter tido a famigerada ideia de construir uma ponte sobre o Canal Central para ligar o Alboi ao Rossio.

Era uma obra que continha inúmeros problemas não apenas técnicos, mas sobretudo estamos a lidar com o umbigo da Cidade, Centro da Cidade, onde toda e qualquer intervenção deve ser pensada e repensada com pinças e deve obedecer-se a esse velho princípio jurídico que é a jurisprudência das “cautelas”. Nós no passado recente em Aveiro inúmeras decisões da Câmara e algumas deliberações da Assembleia Municipal, que o Partido Socialista votou contra, veementemente contra, deliberações essas que lesavam os interesses de Aveiro porque colocavam em causa precisamente um Centro da Cidade que necessita de ter uma intervenção qualificada e participada.

As notícias que vieram a público dão nota que o Senhor Presidente prevê fazer uma “intervenção profunda” no Rossio. Fala-se de um concurso de ideias e eu tenho um conjunto de questões para lhe colocar. E que são estas.

O Rossio tanta vezes dito nesta Assembleia como noutros fóruns é a “sala de vistas da cidade” e tal qual como o Canal Central, carece de muita cautela e pensamento urbanístico integrado com uma estratégia de cidade, que nós não vemos que esta Câmara tenha.

E portanto, quando vimos um lançamento de um concurso de ideias e a notícia não esclarece e pelos vistos o Senhor Presidente também não deu esclarecimentos na reunião de Câmara sobre quais os limites e os critérios e princípios sobre os quais esse concurso ou essas ideias venham a regrear ou a inspirar, portanto será um concurso de ideias em

aberto. E eu gostaria de dizer que me parece do ponto de vista metodológico a ser assim que é um erro.

Eu espero que o Senhor Presidente nos traga mais novidades em relação a esta questão e tendo-as que possa esclarecer quais são as ideias concretas que V. Exa tem para o Rossio.

Preocupam-me vários aspectos dessa possível intervenção. Mas preocupa-me um em particular. Que se prende com a possibilidade (e espero que nunca venha acontecer) de construir um parque de estacionamento subterrâneo. Essa era uma ideia do anterior executivo municipal que felizmente por diversas intervenções não só de autarcas como da sociedade civil aveirense não seguiu em frente. Acho que é um erro urbanístico clamoroso e sobre essa matéria o meu colega Anselmo Castro fará o favor de se debruçar mais profundamente, mas gostaria primeiro de ouvir o Senhor Presidente poder esclarecer se acha ou se entende ou se defende que lá deve ser construído uma infraestrutura dessa natureza? Essa é para já a minha principal preocupação. Até porque não tendo havido uma deliberação de Câmara nem tampouco uma discussão agendada na Assembleia Municipal, este é um assunto que para a Cidade de Aveiro é absolutamente decisivo. E o PS não deixará de colocar as questões e manter o assunto na agenda para se perceber exatamente qual é o caminho que quer ser seguido. Para já disse. Obrigado.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[010](#)

“Por agora desejaria apenas agradecer as amáveis palavras dirigidas a esta bancada na pessoa do Santos Costa. Nós sentimos a falta deste nosso elemento na bancada, aqui vindo erraticamente como foi dito, por motivos profissionais e de grande ocupação, aqui vai o nosso agradecimento à bancada do Partido Socialista por ter feito esta evocação que nós corroboramos também. Muito obrigado”

Vogal Anselmo Castro (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[011](#)

“Boa noite. Eu gostava também de me pronunciar sobre a hipotética construção do estacionamento subterrâneo no Rossio. Hipotética porque nós aqui não temos qualquer informação para saber o que é que se está a passar.

Mas se isso for verdade há várias coisas que contraindicam tal escolha, tal opção urbanística. A primeira é o seguinte: nós temos um parque subterrâneo debaixo da Praça Marquês de Pombal que está vazio!? Portanto não sei que garantia há de que este outro se vá encher, mas parece-me pouco prudente que se autorizem novos parques quando temos um completamente vazio e outro com média utilização.

Seria talvez muito mais interessante ver qual a razão por que está vazio e tentar ver como resolver esse problema.

Outra questão tem a ver com a localização desse parque de estacionamento. É evidente que ele pode ter só acesso pela via ponte, pela estrada do canal das pirâmides, e não ter grande perturbação no centro da cidade. Mas a não ser que haja fortes limitações de trânsito de quem venha do centro da cidade não o fará. Portanto irá ser mais um contributo para o afunilamento de trânsito na zona antiga da cidade e mais nobre da cidade. Portanto quem quer ter uma visão de futuro de libertar de trânsito da zona antiga e do centro da cidade de Aveiro este empreendimento, caso exista repito, terá um efeito contrário.

O terceiro ponto tem a ver com isto. Uma infraestrutura destas, neste momento as tecnologias de engenharia civil permite fazer isso e muito mais, mas num terreno como

aquele que existe no Rossio, que é um terreno recentíssimo, de lamas, mal consolidado, com nível freático altíssimo, é obviamente um investimento muito caro que eu gostaria de perceber como fica financeiramente fazer um estacionamento naquele sítio. Em termos geológico deve haver poucos sítios tão maus como aquele. Além de que nos dias em que houver marés vivas teremos uma lavagem automática dos carros. Portanto eu acho que o sítio está muito longe de ser o sítio indicado para tal coisa. Eu não conhecendo o projecto, mais uma vez, não sei qual foi a avaliação económica, mas a relação entre custo benefícios são muito elevados. Eu peço desculpa mas a não garantia do sucesso comercial disto, pois temos um parque completamente vazio, não sei como haverá interessados que façam as suas contas e venham fazer esse investimento. A não ser que haja outras coisas associadas a isso!?

E mais uma vez como não sabemos temos de entrar no domínio da especulação e perguntar para ficarmos certos disso. Haverá alguma por cima que justifique financeiramente o que ficará em baixo?

Agora brincando será uma Trump Tower? Penso que não será. Mas investimentos de grande porte numa zona daquelas que é a zona mais nobre da cidade de Aveiro são obviamente contraindicados. Pelo menos o que se fala por ai é de que se iria construir um Centro Comercial. Pode ser ridículo, mas é o que se fala!?

Há inúmeras vozes e pessoas a perguntar-me se é isso realmente o que vai acontecer. Então no mínimo temos má informação. E portanto se isso acontecesse é obvio que não haveria sitio mais contra indicado do que aquele. Centros Comerciais estão muito bem ali em Taboeira onde já estão. Muitas das coisas serão obviamente explicadas pelo Senhor Presidente devido ao meu grande desconhecimento. Mas esse desconhecimento tem a ver com o facto das coisas não estarem a serem claramente apresentadas e ditas. Pode ser que apenas esteja no início e que eu receba a boa noticia que o concurso de ideias está no princípio e que virá o caderno de encargos, que será aqui discutido o processo com que o concurso de ideias ocorrerá e então tudo será normal e então terei de retirar tudo aquilo que disse.”

Vogal Jaime Vinagre (PS)⁰¹²

Vogal João Barbosa (PS)⁰¹³

(Entretanto deu entrada na sala o Presidente de Junta Victor Manuel Marques Oliveira)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁴

“Uma nota sobre o Orçamento do Estado. O parecer da ANMP é conhecido, partilho-o, foi negociado entre as várias forças partidárias que integram o Conselho Directivo. Encontrámos um equilíbrio chamando a atenção para aquilo que está errado; para os compromissos assumidos e não cumpridos; para os objectivos importantes que a ANMP já apresentou este ano, para o Orçamento de 2016, e reapresentou agora em relação às taxas de IVA, etc., a maior parte delas não acolhidas; para a boa notícia, para o acto muito importante, que a proposta do Orçamento do Estado tem para acabar com esse absurdo legislativo que é os Presidentes de Câmara serem responsáveis por erros administrativos das chefias das estruturas municipais, coisa que não existe na administração central, e que é um acto de coragem porque é uma velha luta dos autarcas portugueses e que nunca governo nenhum de todos os partidos quis aceitar e que finalmente se deu esse passo que nós saudamos bastante. Aguardamos para saber se a proposta do Bloco de Esquerda vai ou não vai. Na audição parlamentar de ontem, onde tive o gosto de estar, o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, peço desculpa que por lapso

de memória não me recordo mas que sei que é Vereador da Câmara Municipal de Portimão, que tem um ponto muito bom de observação como Vereador da pior Câmara Municipal financeiramente que o país tem e com a maior dimensão de um Programa de Ajustamento Municipal e do valor de empréstimo do FAM a uma Câmara Municipal - Portimão já recebeu a primeira tranche – no seu exercício de Deputado ajudar o Bloco de Esquerda e a maioria que governa o país a resolver um problema que todos temos falado há muitos anos, desde que a lei nasceu, lei que é importante, que é útil, que é necessária, mas que tem alguns aspectos que são exagerados e forçados. O Governo assumiu com a Associação Nacional de Municípios, quando discutimos o Orçamento do Estado para 2016, que não queria acolher nenhuma proposta da ANMP porque ia tratar de uma alteração legislativa específica mas não cumpriu. Por isso nós agora perguntámos porque é que o FAM voltou a ficar de fora da proposta de lei do Orçamento do Estado, lembrando que a proposta de fazer uma alteração à Lei FAM ou de fazer uma lei nova não aconteceu. O Sr. Ministro-adjunto, que é o nosso interlocutor, Dr. Eduardo cabrita, ainda na última reunião de trabalho que tivemos na terça-feira passada voltou a dizer uma coisa parecida com aquela que nos tinha dito o início do ano, embora ele agora tenha sido um bocadinho mais preciso. O Governo vai apresentar uma proposta de lei sobre esta matéria no primeiro semestre de dois mil e dezassete. Isto foi o que nos foi comunicado, que aliás teve repercussão pública, e, portanto, aguardemos. Eu prefiro, é uma coisa rara em mim, apoiar o Bloco de Esquerda. António Neto fica a saber que o Bloco de Esquerda conta com o meu apoio solidário e dizer-lhe que deve puxar pela sua maioria, mas não tente usar a maioria que despediram com a construção da geringonça porque isso é batota. Portanto, faça o favor de falar ao coração e à razão dos partidos com os quais já construíram a proposta de lei do Orçamento do Estado, já a votaram na generalidade, e seguramente aprovarão em votação final. V. Exa. tem que trabalhar e fazer discursos dessa natureza dirigidos ao Partido Socialista, até aproveitando que temos aqui colegas autarcas que também têm funções parlamentares, nomeadamente o Dr. Filipe Neto Brandão, e ao Partido Comunista mesmo sabendo-se que há uma dificuldade comunicacional entre o Bloco de esquerda e o Partido Comunista. Saiba-me ao dispor para fazer pontes, para ajudar às pontes, entre vocês e o Partido Comunista, sendo certo que o Dr. Filipe Neto Brandão também estará ao dispor porque é um autarca sempre disponível para ajudar o nosso Município.

É nesta condição que estamos embora um bocadinho fartos de estar à espera de um Governo em festa de primeiro aniversário, de uma maioria parlamentar que ontem mesmo, coincidência das coincidências, uma Deputada do Partido Socialista, uma excelente Deputada, fez um excelente discurso sobre a questão da responsabilidade, sobre esta proposta que o Orçamento do Estado tem, e ela lembrou com grande exaltação democrática e não só que ontem se comemorava um ano que o país começou um novo caminho. Comemoremos então, de forma mais abrangente envolvendo o poder local e podendo melhorar substancialmente a Lei FAM.

António Neto, eu não posso esticar-me ainda completamente, entenda isto porque eu não conheço de todo a proposta do Bloco de Esquerda, o Sr. deputado, ontem na audição parlamentar, também disse que iam apresentar em sede de especialidade mas nem sequer foi minimamente objectivo em explicar a tendência. Aliás, o António Neto foi, agora, muito mais que ele ontem. Aguardemos. Tudo o que vai no sentido de nos permitir uma maior flexibilidade na gestão, debaixo das responsabilidades que temos objectivamente que assumir perante o nosso financiador, com certeza que vão no bom sentido. Seguramente que os autarcas perante propostas sensatas de melhoria do orçamento do Estado darão o seu acordo e apoio. Mas vire-se para o Partido Socialista e para o Partido Comunista e não ande com aquela coisa de que o PSD e o PP são maus, fizeram

tudo mau no Governo, são maus e são o pior que há, «mas há aqui umas coisas que precisamos de vocês» porque os colegas da geringonça não estão para aqui virados. Isto não pode ser assim, isso é batota. Há que ter coerência total na coesão da maioria que governa o país e é o que é. Não vale a pena este exercício de demagogia política de que o Bloco de Esquerda é, além do mais, um grande especialista.

Permitam-me apenas uma nota inspirada na intervenção do Filipe Guerra sobre as eleições nos Estados Unidos. Eu gostava de dizer uma coisa: viva a democracia e viva o povo que manda. E vivamos todos nós quando, às vezes, as decisões do povo são do nosso agrado e, às vezes, as decisões do povo não são do nosso agrado. Mas viva sempre a democracia. Esta coisa de que a democracia é boa quando as nossas perspectivas ganham e não é tão boa quando assim não é, que assim não seja. Quando o presidente Donald Trump assumir a presidência seja um bom presidente para os Estados Unidos, que ajude os seus parceiros europeus dos quais Portugal é um deles, que ajude o Mundo, que seja um presidente competente e capaz, e que tenha sucesso na sua presidência a bem de todo o universo de influência dos Estados Unidos da América, onde, além do mais, vivem muitos portugueses e que nós possamos tirar proveito desse seu trabalho e desse seu mérito. Eu não pertença ao grupo dos que acham que há imperialismo americano. Eu há dias tive a oportunidade de estar uns dias na Rússia percebi melhor algumas coisas e, portanto, é muito importante para nós que haja sucesso e que percebamos bem que isto das televisões, dos jornais, do facebook, de alguns líderes de opinião que acham que lideram a opinião de toda a gente, da banca e dos mercados que acham que mandam em tudo e que tudo condicionam... Ainda há dias esse cidadão extraordinário, esse pensador extraordinário, o Dr. Laborinho Lúcio, numa conferência que deu aqui na nossa cidade, no nosso hospital, ele dizia que a política tem cada vez menos poder, condicionada por estes outros poderes, mas a democracia é sempre boa quando o povo manda. Sejamos nós todos capazes de termos democracias mais fortes, mais transparentes, mais mobilizadoras dos cidadãos para a cidadania activa permanente e quando vamos a eleições, porque de vez em quando vamos a eleições, disputemos com intensidade e com lealdade. Vimos algumas coisas pouco nobres no processo americano, vimos coisas pouco nobres no nosso processo da nossa última eleição autárquica. Onde há seres humanos há, maioritariamente, nobreza mas, minoritariamente, há coisas muito feias. Que tudo isto se faça em prol do fortalecimento deste mecanismo de gestão que nós achamos que ainda é o melhor, seguramente imperfeito, e que é a democracia representativa, e que possamos envolver-nos todos bem e contribuirmos para que ela seja mais competente e mais capaz.

Quanto às outras matérias elas respeitam ao primeiro ponto da ordem de trabalhos e eu tratarei de todas elas no primeiro ponto da ordem de trabalhos.”

Ponto 1 – Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal de 06SET16 a 07NOV16.

(O texto da [Informação Escrita](#) do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo).

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

A Presidente da Mesa em Exercício, deu a palavra⁰¹⁵ ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação da Informação Escrita da Atividade Municipal.

(Deu entrada na sala a Vogal Ana Maria Seiça Neves Ferreira).

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁶

“Eu gostava de realçar desta nossa de Informação e estando ao dispor para todas as questões e todas as interações, além de tratar as que já foram abordadas, de destacar o primeiro ponto que resume aquilo que foi a actividade e a importância destes três anos de mandatos, naquilo que é a mudança brutal, profunda, concretizada na dimensão da estruturação e gestão organizacional e financeira da nossa Câmara Municipal, de todos os processos (que são bastantes), de colocar a nossa Câmara na ordem, na ordem funcional, na ordem formal e legal.

Este é uma área de grande importância nestes três anos de mandato e contributiva para a credibilização da Câmara, o que já hoje é um dado absolutamente adquirido, e para a sua capacitação para ser mais competente nas tantas missões que tem para cumprir com níveis elevados que queremos ter de forma crescente, na prestação dos múltiplos serviços aos nossos cidadãos, até à capacidade de negociar e de conquistar fundos comunitários para executarmos os nossos objectivos de desenvolvimento de projectos imateriais ou materiais. Prosseguimos este trabalho nesta fase tão importante que vivemos no último dos três anos que foram as operações de formalização dos primeiros contratos com o Portugal2020, com vários programas operacionais do Portugal2020. Temos um bom ponto de partida em termos da dimensão financeira das operações, da sua tipologia. Essa é uma outra frente fundamental com uma diversidade de aplicações que vão desde o desenvolvimento urbano, noutros tempos reabilitação ou regeneração urbana, até às questões mais clássicas da educação, da saúde e da cultura, até àquelas mais importantes, em termos de modernidade, embora velhas na luta, como as que respeitam ao Baixo Vouga Lagunar, entre outras nomeadamente aquelas que respeitam à promoção do empreendedorismo mais dirigidas aos incentivos aos nossos cidadãos para que eles possam desenvolver os seus projectos geradores de riqueza, geradores de oportunidades de emprego. Essa é também uma conquista muito importante onde temos sido gestores e co-gestores com a nossa liderança no quadro da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Também o momento que está referenciado na exposição que fizemos da apresentação pública do programa Região de Aveiro Empreendedora e que integra as várias componentes que constituem, no seu conjunto, a oferta indutora de operações de investimento de micro-escala, de média escala, dos nossos cidadãos naquilo que agora vamos referenciando na palavra empreendedorismo.

Julgo que aquilo que está escrito é, em primeira instância, factual e objectivo das notas principais deste mandato. Diria o João Barbosa que falta um ou dois parágrafos com as coisas más que correram mal. Entendemos que essa nota poderia ser útil mas deixamo-la para que seja escrita pelo João Barbosa e pelos seus camaradas, críticas que sempre acolhemos com elegância mas que, obviamente, no nosso exercício de avaliação permanente vamos cadastrando os erros que vamos cometendo procurando aprender com eles e fazer melhor na próxima oportunidade que vamos tendo a cada dia que passa. A nota principal é uma nota de balanço muito positiva destes três anos de mandato, deste conjunto muito vasto de intervenções cumpridas, de objectivos cumpridos, sabendo que a estrutura fundamental do programa que apresentámos aos nossos concidadãos está cumprida e é nesse pressuposto que prosseguiremos utilizando o quarto e último ano do presente mandato autárquico para fazermos essa execução, nessa honra ao compromisso assumido, nessa luta pela resolução dos problemas que continuam a ser bastantes, desde logo porque nos falta a assistência financeira no âmbito do nosso PAM que só

conseguiremos ter com o visto do nosso programa, e o trabalho de todos os dias de encontrar e agarrar as oportunidades que vão surgindo no nosso caminho. Felizmente são bastantes e temo-las aproveitado sempre muito bem, destacando, o que já aconteceu e vai acontecer em termos de anúncio, o investimento privado que prossegue um caminho muito relevante de crescimento no nosso Município em várias áreas, o que é um evidência para quem anda pela rua. Devo repetir aquilo que tenho dito, especialmente nas últimas semanas, que prosseguiremos o anúncio de novas operações, algumas delas já absolutamente fechadas, negociadas, acordadas, onde prosseguem os trabalhos de pormenores, mas que, entendem as empresas titulares, que têm o seu tempo para as anunciar publicamente e nós mantemos a nossa regra de que, nessa matéria, o tempo é o tempo das empresas não é o nosso tempo. Assim continuaremos a fazer em todos os investimentos, seja o que já está fechado recentemente com cerca de cinquenta milhões de euros de investimento, sejam outros mais pequenos, de menor dimensão, mas seguramente de igual importância naquilo que respeita à vida dos seus promotores e que prosseguem este caminho que confirma a capacidade de atracção de investimento privado do nosso Município e a nossa capacidade de trabalho com os nossos investidores, dando sempre prioridade àquilo que é investimento.

Uma segunda nota de destaque tem a ver com o memorando de entendimento que assinámos no dia doze de Outubro com a nossa Universidade de Aveiro, num processo por si liderado, com o nosso Centro Hospitalar do Baixo Vouga, com a Administração regional de Saúde do centro em representação do ministério da Saúde e com a Universidade Nova de Lisboa. É um documento da maior importância total; política, de desenvolvimento, de coesão de uma estrutura institucional. A primeira importância é nos termos sido capazes de o construir e assinar. Essa é a primeira importância. É uma acto que une estas instituições, estas entidades, em primeiro lugar as três que cá têm sede – a Câmara, o Centro Hospitalar e a Universidade – num acto histórico e único à nossa data e na nossa referência histórica, e com esta capacidade de trazer outros actores, um de dimensão regional, outro de dimensão nacional, para connosco trabalharem naquilo que é a capacitação do nosso Centro Hospitalar; na mistura com as capacidades de investigação e formação da nossa Universidade, na sua aposta estratégica também na área da saúde; e o nosso trabalho e a nossa parte mais relevante a este nível que é o trabalho de planeamento e, mais à frente, de execução e de disponibilização de terrenos para as operações de qualificação e ampliação dos edifícios e das infraestruturas de apoio ao nosso Hospital Infante D. Pedro, peça central e chave do Centro Hospitalar do Baixo Vouga. É um passo da maior importância política, de desenvolvimento e de gestão institucional. É um passo. Há tantos outros passos para serem dados no sentido da sua materialização, e alguns deles já estão, objectivamente, a serem trabalhados, e conjugando esta operação com o trabalho que vimos fazendo de planeamento da cidade, do planeamento do Município, de repensar opções tomadas de forma tranquila, de forma parceira, nomeadamente naquilo que respeita aos terrenos do velho estádio Mário Duarte demonstrando que o que trouxemos cá com o protocolo do Beira-mar, para os que tinham dúvidas, não foi para enganar ninguém era a antecâmara necessária para este protocolo que estávamos também a negociar. Deixar claro que esta aposta é uma aposta estratégica, muito importante, temos muitos problemas para tratar, nomeadamente as tensões do Pólo de Saúde do Porto e as de Coimbra que são muito fortes e que até têm novo episódios que um dia destes hão-de vir à praça pública mas que neste momento estamos a tentar que na luta da negociação com o Governo não se façam asneiras graves, em defesa dos interesses dos aveirenses do Município de Aveiro e dos aveirenses de toda a Região de Aveiro, dos onze municípios que integram a nossa região de Aveiro. É um passo que tem, de facto, uma importância instrumental muito grande

para tantas coisas que temos para fazer, nomeadamente fixar e ter a capacidade de fixar uma oferta de serviços na área da saúde, aqui na área dos serviços públicos de saúde, com qualidade, com rigor e não com aquelas coisas ridículas que ainda há pouco tempo aconteceu com um técnico da nossa Câmara que a meio do trabalho teve que ir ao Hospital, chegou lá com uma simples cólica renal às três da tarde e não havia condições técnicas para tratar o nosso funcionário. Depois de umas longas horas de espera lá foi para Coimbra e eram quatro da manhã quando regressou à sua casa depois de tratar uma simplíssima cólica renal. Nós não podemos aceitar isto, nós não admitimos, nós não aceitamos e nós lutaremos o tempo que seja preciso para que este tipo de cenas que se vão repetindo, contei apenas mais uma, não posso acontecer. Obviamente que nós queremos mas sabemos que não é realista termos a competência hospitalar de todos os níveis e de todas as capacidades; vivemos em Portugal, temos Coimbra e Porto à distância que temos. Temos é que ter uma rede de referência em cuidados de alta competência distribuídos de forma equilibrada e que o país possa sustentar financeiramente. Há aqui uma base que não é mínima no sentido de pequenez mas mínima naquilo que é uma relação de serviços que responda aqui à esmagadora maioria dos actos médicos que a nossa população precisa. Disto não podemos abrir mão. É como no FAM, a luta continua e todos somos poucos para fazermos esta luta porque as tensões que vêm da ponta norte, do Porto, e da ponta central, de Coimbra, são tensões fortes e nós estamos no meio. Não sei se todos temos consciência do que é que acontece ao meio quando está sobre tensões que puxam de uma ponta e da outra ponta. Portanto, este memorando tem essa imensa importância neste processo que é fundamental porque a saúde é um bem precioso para toda a nossa vida e sempre a colocamos numa linha de primazia no que respeita aos serviços que queremos disponíveis, o mais possível com proximidade, aos nossos cidadãos. É, por isso, que também apresentámos formalmente, e posso anunciá-lo aqui, hoje, pela primeira vez, publicamente, que no âmbito do trabalho da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro entregámos a quem de direito o estudo desenvolvido sobre o futuro do Centro Hospitalar do Baixo Vouga que é um contributo importante para que este caminho que defendemos seja cumprido nesta parceria que é competente e capaz de defender estes princípios e crescer, neste exercício que tem o seu centro no nosso Centro Hospitalar, na nossa Universidade de Aveiro e na nossa Câmara Municipal, sabendo que aqui, a nossa Câmara Municipal também assume as suas responsabilidades de liderança da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro que, obviamente, na sua esmagadora maioria é servida pelo nosso Centro Hospitalar somando ao Hospital Infante D. Pedro os Pólos hospitalares de Estarreja e de Águeda.

Uma última palavra nesta nota de introdução para os Techdays. A aposta que fizemos foi uma aposta que recebeu um balanço positivo, queremos aprofundar, queremos seguir em frente. Esta é uma área de actividade económica cada vez mais transversal onde o nosso Município tem factores de diferenciação muito únicos. A aposta feita ficou com esta nota de conclusão principal: queremos prosseguir, fazer, obviamente, melhor em cada edição e estamos já a trabalhar na edição de dois mil e dezassete neste pressuposto de que esta é uma área fundamental nos quais temos muitos players, hoje, de pequena dimensão mas que seguramente poderão ser de grande dimensão num amanhã que chegará ou alguns players que já são de grande dimensão, como, por exemplo, os nossos parceiros fundamentais que o foram na coorganização dos Techdays, nomeadamente a nossa Universidade de Aveiro, a nossa Inovaria, o nosso Instituto de Telecomunicações e um parceiro muito especial como patrocinador principal, a Altice Labs, como operador comercial mas que também é, para nós, de uma importância especial porque tem aqui, em Aveiro, a sua base e a sua sede nas suas operações de investigação para todo o grupo em

todo o mundo. Fizemos um balanço muito positivo com esta aposta de prosseguirmos crescendo, sabendo que é um episódio novo e como qualquer episódio novo tem um grande potencial de crescimento e nós estamos determinadíssimos em prosseguir no caminho da sua exploração, no bom sentido do termo.

Fica esta nota de balanço positivo deste importante evento que também fica como uma das marcas da estrutura de principais eventos que o nosso Município oferece e que vai continuar a oferecer no calendário do próximo ano, que já está devidamente estruturado.”

(Entretanto deu entrada na sala o Presidente da Mesa da Assembleia, António do Pranto Nogueira Leite, que assumiu a presidência dos trabalhos).

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[017](#)

“Exmo. Senhor Presidente, Exmos. Senhores Deputados, Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores e demais presentes. O PCP quase rotineiramente costuma trazer à Comunicação do Presidente aquilo que é a vivência do centro hospitalar do Baixo Vouga. Por diversas vezes temos denunciado aqui diversas roturas de serviço e diversos problemas que enfrentam os profissionais, bem como os utentes. É para nós portanto muito cara esta matéria e a necessidade intransigente do que deve ser aquele centro hospitalar, os seus valores, as suas valências e a sua valorização futura, bem como os seus destinatários que são os utentes e a população da região.

Nós portanto recordamos nesta câmara, este espaço político, aquilo que foi a Moção construída em Comissão aqui na Assembleia Municipal (a única Comissão deste mandato) e aquilo que eram os valores plasmados naquele documento que aqui foi votado por unanimidade.

Senhor Presidente de Câmara, a propósito destas questões da Saúde e a propósito daquilo que é o Orçamento da autarquia para 2017, convém chamar a atenção para o facto de que havendo alguma cabimentação no orçamento para valorização de alguns centros de saúde do concelho, o mesmo já sucedeu em anos anteriores não se registando tirando o caso de Esgueira, em que obras foram necessárias e não se chegaram a concretizar. Nós consideramos importantes estas cabimentações mas depois que se apoie a sua execução. E terminava este ponto chamando a atenção para o seguinte. Um cidadão que hoje se desloque a um dos vários centros de saúde do município se chegar lá sem consulta marcada aguardará meses. Esta é uma situação que não é de agora. Existe uma escassez efetiva de horários e de médicos e outros problemas mais gerais, mas há de facto um problema grave na saúde e em que quem mais sofre são sempre as camadas mais empobrecidas das populações, que naturalmente estão mais indefesas perante estes problemas.

Nós devemos ainda neste ponto chamar a atenção para os trabalhadores da MoveAveiro. De facto concretiza-se aquilo que o PCP mais temia e que tantas vezes denunciou que é a perda de direitos dos trabalhadores conquistadas com a antiguidade e com o trabalho. Portanto as categorias profissionais que numa situação actual os trabalhadores não foram de forma alguma salvaguardados. Falamos da MoveAveiro mas também duma situação muito similar da MoveRia. De facto o Senhor Presidente não encontrou aqui a solução, a melhor solução para aqueles trabalhadores.

Nós consideramos ainda mais duas ou três questões com alguma relevância. A primeira tem a ver com o IMI das populações na freguesia de São Jacinto, que é uma freguesia com as características que todos conhecemos, e pagar um IMI semelhante ao resto do

concelho e quando de facto tem os serviços públicos a distancias muito significativas. E portanto há ali uma injustiça desse ponto de vista que deveria ser corrigida.

Consideramos ainda o facto de que no Cais Fluvial que tem uma zona que deveria ter o acompanhamento da Câmara Municipal não tem tido o asseio necessário que deve ser prestado.

Senhor Presidente, terminava com uma chamada de atenção e um alerta. Prende-se com o facto de que é previsível e normal no município de Aveiro com a chegada do Outono e do Inverno haver problemas de cheias devido ao entupimento das grelhas de saneamento e das redes de esgotos, que custam caro ao funcionamento da Cidade e da sua malha mais central, mais junto da Ria. Era necessário a autarquia por em marcha um plano e por em marcha um plano para precaver eventuais situações desagradáveis. E chamamos atenção para um facto que se registou faz agora precisamente um ano na entrada de Aveiro, com a cheia que aí se desenvolveu, que de alguma forma deixou Aveiro sitiada. Era preciso a Câmara rapidamente tomar medidas nesse aspecto. Tenho dito.”

Vogal António Neto (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁸

“Relativamente a este ponto agendado, não abordarei de forma exaustiva o Centro Hospitalar do Baixo Vouga, mas todos os que utilizam aquele serviço público e se o utilizarem perceberá a degradação acentuada que tem havido e sobretudo o desrespeito brutal pelo utente e pelos seus profissionais.

Gostei particularmente da intervenção do Senhor Presidente da Câmara quando nos diz que “começou a pôr a câmara na ordem”. Até fiquei um bocado assustado porque pensei que fosse noutra vertente. De facto esta marca desta Câmara Municipal teve a ver com a aprovação ou não do FAM. O Executivo necessita desta aprovação do FAM para se poder depois candidatar abertamente a fundos públicos de diversas origens para de facto depois fazer alguma coisa.

São três anos comemorados com alguma ação, mas já nem sei se é uma ação se é uma reação. Tivemos 8 anos de estagnação portanto se calhar foi reação à estagnação.

Gostei muito que o Senhor Presidente tenha falado dos Techdays. E até pensei que houvesse algum grupo de pessoas que pudessem criar uma APP para podermos descarregar estes documentos a tempo. Talvez fosse importante essa situação e não estar sempre o site da Assembleia em baixo.

Outro ponto tem a ver com a questão da MoveAveiro. Será a ultima Assembleia antes da concessão da MoveAveiro, parece que o Senhor Presidente teve um problema com os trabalhadores. Ouvei dizer que expulsaram um dirigente sindical dessa reunião. Não percebi bem, gostaríamos que houvesse alguma justificação do Senhor Presidente relativamente a isto.

Mas o Senhor Presidente à bocado falou da democracia e afirmou que os direitos da democracia. E o que me parece a mim é que toda a gente tem os seus direitos e estar numa reunião e eventualmente discutir e o Senhor Presidente achar que tem uma atitude menos correta e decidir expulsá-lo dessa reunião.

Mas relativamente à questão essencial e da própria MoveAveiro e desta concessão à Transdev, denotamos que os trabalhadores e os seus direitos não são salvaguardados. Mais uma vez esta concessão levou a que a maior parte dos aveirenses que utilizam os transportes se sintam completamente defraudados. A ideia transmitida pela Câmara Municipal de que os Serviços iriam ser melhorados. Não. De facto não é isso que acontece. E depois tem também o problema da desproteção dos próprios trabalhadores. Uns na fase de Élio Maia já tinham sido despedidos. Agora com estes não sabemos o que é que vai acontecer, se ficam na Câmara, se ficam despedidos, o que lhes irá acontecer.

Se o seu rendimento vai ser diminuído, não sabemos. E a Câmara tem o dever de acautelar os direitos destas pessoas que serão eventualmente despedidas porque a MoveAveiro deixará de existir.

O Bloco de Esquerda apela, mais uma vez, pergunta ao Senhor Presidente, o que é que acontecerá aos trabalhadores da extinta MoveAveiro. Muito obrigado.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[019](#)

“o Senhor Presidente da Câmara na nota de destaque, e quanto a ela, isto faz-me lembrar a “plasticina”. Não é do meu tempo de criança, mas é do meu tempo de ser pai e ser avô.

A “plasticina” molda-se consoante a circunstância. E esta primeira nota que o Senhor Presidente traz aqui, em que escreve, e com o qual eu não concordo em grande parte, podemos escrever de outra maneira. Podemos por exemplo estar a dizer num comunicado da oposição “achamos que estes 3 anos de mandato foram dos mais nefastos para a população aveirense”.

E porquê? Primeiro porque foi um período de agravamento de taxas e impostos. Sacrifícios enormes para a população aveirense e um aligeirar de da carga de responsabilidades para a Câmara. Passo a explicar.

A Câmara procurou um financiamento através do FAM, comprometendo o futuro por 20 anos e agravando as condições de vida dos aveirenses, aumentando taxas a nível percentual, impondo taxas onde não existiam. Por exemplo passou a taxar o estacionamento generalizadamente em Aveiro. Aumentou essas taxas. Aumentou as rendas de casa sociais e de forma indireta as outras.

Porque ao contrário que o Senhor pensa, os senhorios hoje quando veem os seus impostos aumentados descarregam sobre os inquilinos. Se fizer um estudo as rendas nestes três últimos anos aumentaram seguramente em Aveiro nominalmente. Precisamente por este efeito das taxas do IMI.

Criou situações para que o diálogo entre as Juntas e a Câmara deixasse propriamente de existir, quando a própria lei era indutora para que esse diálogo existisse. Isto é uma verdade.

Os municípios ficaram afastados da liderança porque querem falar com o Senhor Presidente, marcam reuniões, e ao contrário do que era hábito, é bom que se saiba, não são recebidos. Portanto nós vemos aqui tudo coisas negativas que um observador atento poderia escrever destes tempos de mandato.

Mas depois diz assim “ nós pagámos 45 milhões de euros de dívida em três anos”. Pois eu digo-lhe, o seu antecessor pagou o mesmo e ao contrário desta Câmara, baixando a taxa do IMI de 4 para 3%. E conseguiu governar sem aumentar taxas e diminuindo essa dívida.

O Senhor Presidente também diz “combatemos a corrupção”. Gostaríamos de saber, porque parece que na Câmara há corrupção!? “Nos serviços municipais, nós combatemos a corrupção”. Ficamos perplexos com isto porque achamos que isto é um anátema que fica para as centenas de funcionários que existem na Câmara, porque a haver corrupção, penso eu será nos serviços municipais. O Senhor Presidente a obrigação soberana de esclarecer os municípios aveirenses e especialmente os seus Servidores de dizer onde está a corrupção. É ponto de honra que a Câmara faça este comunicado onde o senhor Presidente deve esclarecer onde está a corrupção. E deve esclarecer os municípios. E tem o dever também, se existe corrupção, de a denunciar porque é crime público. E ao que sabemos o Senhor Presidente não fez ainda essa denúncia e tem o dever de a fazer.

E agora dizemos assim “fizeram-se algumas coisas”. Mas se nós verificarmos ao nível da política, e a política analisa-se como quem governa pensa e aquilo que congemina para criar situações novas.

Então nós temos aqui uns apontamentos. Rotunda Botafogo. Sim senhor. Mas era uma ideia que já estava!? Já estava demolido, parte das coisas tratadas, mas só apreço agora, certo.

A obra da ligação das Agras. Uma obra importantíssima sim senhor. Mas foi ideia sua? Não. Foi de outra Câmara — e aliás até a própria execução. Podia ser dito isso também aqui. Mas isso nada consta!? Portanto nós fazemos uma avaliação do mandato extremamente negativo. Isto é: a Câmara procurou aligeirar a sua situação fazendo concessão para obter meios financeiros e não ter a responsabilidade de governar a par e passo, ficar com dinheiro à disposição, à custa de todos nós, comprometendo o futuro durante 20 anos (não é brincadeira) para obter uma situação facilitadora momentaneamente.

Isso é o que se chama empurrar o problema com a barriga, Senhor Presidente. Nós não somos desses e não aceitamos essa situação. Achamos que este comunicado não devia existir. A Câmara ao escrever isto como seu trabalho suscita todas estas ideias que eu e todos os munícipes não deixamos de ter presentes de qual é o estado em que a Câmara se encontra. A que se deve e o que devia ter sido feito e o que não foi feito e os compromissos com o futuro.

Relativamente ao Centro Hospitalar do Baixo Vouga achamos isto positivo. Mas se nós analisarmos isto aqui, é uma palavra de certa maneira que tem uma dose grande de balofo. Embora aceitemos de bom grado e nos agrada sinceramente que esta entidades todas devem estar em parceria. É positivo que este entendimento se tenha feito. Sublinhe-se. É positivo que o entendimento se tenha feito.

Mas depois diz assim, isto é ao nível da qualificação, do planeamento, e parece que nós ao lermos isto parece que vai haver acontecer aí um Hospital Novo, com novas valências, melhores instalações, e que vai aparecer de imediato. E o papel da Câmara nesta agremiação com outras entidades, analisando o que vai fazer, vai fazer o planeamento!? E diz, vai dar os terrenos.

E eu questiono, então a Câmara vai dar os terrenos como? Ao que me é dado saber (isso já é velho) os terrenos estão comprometidíssimos com o leasing. E quando estiveram para serem vendidos davam menos receita da que era precisa para pagar o compromisso. Então a Câmara vai dar o quê? Já dissolveu o compromisso? É uma pergunta que deixo ao Senhor Presidente.

Os terrenos que estão aqui em causa tinham um contrato leasing com uma dívida financeira importantíssima. E fica aqui uma questão e não faço afirmação perentória que não esteja pago, mas gostaria que o Senhor Presidente esclarecesse se essa dívida, isto é se os terrenos foram ou não já liberados.

Depois não percebemos muito bem embora aceitemos de bom grado que as pessoas de Aveiro gostem do Estádio Mário Duarte. Isso é para nós um postulado. Foi um erro nosso, termos votado o Estádio Municipal. As pessoas gostam do estádio Mário Duarte. Mas há que ter firmeza política. Quer dizer, foi mau mas nós agora temos o Estádio municipal e o Estádio Mário Duarte.

Então porquê estar a gerar uma situação continuada de habituação das gentes de Aveiro em irem ao futebol no Estádio Mário Duarte quando daqui a dois anos vai ser exigido que vão para o Municipal. Fica a questão. Porquê? Qual é a motivação que este executivo teve e o Senhor Presidente em especial para manter a época 2016/2017 aqui, e não posso deixar de juntar isto ao próximo acto eleitoral, não pode ser de outra maneira,

e não resolve à partida o problema!? Está na mesma linha e no mesmo espírito de empurrar com a barriga o problema para a frente. Só isso e mais nada.

Se o Senhor Presidente agora fosse dizer, como a meu ver devia, digo isto com frontalidade, devia resolver o problema de vez e dizer o campo do Beira Mar é no Estádio Municipal. Eu compreendo que é do agrado das pessoas é muito simpático, mas não é racional. Não é assim que se resolvem os problemas com firmeza. Tenho diro Senhor Presidente.”

Vogal Ernesto Barros (CDS)⁰²⁰

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²¹

“Boa noite Senhor Presidente, Senhores deputados, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores. Passaram três anos desde que esta Câmara iniciou funções e nota-se claramente uma melhoria no concelho de Aveiro. Vou focar mais a minha intervenção no que tem acontecido a nível de investimento. Efetivamente Aveiro está a conseguir atrair investimento. Eu não sei como é que aqueles Senhores deputados que criticam o aumento de impostos como algo que afasta o investimento conseguem justificar que haja investimento. E o que é um facto é que há empresas que se estão a deslocar para Aveiro, há empresas que estão em Aveiro e que poderiam sair, como já aconteceu no passado, que estavam em Aveiro e foram fazer investimento em concelhos limítrofes por não terem condições nomeadamente a nível daquilo que a Câmara lhes oferecia (e as taxas se calhar eram mais baixas) mas saíram do concelho de Aveiro. Certamente todos conheceram alguns casos. Mas é um facto que nós sentimos que no capítulo do Investimento, no capítulo da cultura, há um novo ritmo na cidade, há um novo ritmo no concelho, e obviamente que é mérito da Câmara que nos está a governar.

Percebe-se que alguns dos Senhores deputados deslocizados que estão para Lisboa não se apercebem daquilo que se passa aqui na semana, mas pronto, é vida.

E percebe-se mais ainda que aqueles Senhores deputados criticavam por nada se fazer agora criticam por se fazer! Quando nada se faz é porque nada se faz e está mal. Quando se faz é porque se faz e mal está! Sejam coerentes e não venham com esse tipo de discurso porque esse tipo de discurso não vos leva a lado nenhum. Sejam coerentes e analisem o que se passa.

Obviamente que em três anos nem tudo foi bom. Há problemas. Houve certamente decisões que se fossem tomadas hoje já seriam tomadas de maneira diferente, mas isso acontece. Acontece com qualquer governo, com qualquer Câmara. As decisões são tomadas com o conhecimento que temos numa determinada data e passados uns dias já há dados novos que levariam a decisão fosse tomada de uma forma diferente. Sempre assim aconteceu e a estória do estádio municipal aqui aprovada por unanimidade na altura foi feita porque havia um plano financeiro com base dos dados da construção em 1998. O mundo era redondo e hoje é quadrado e a construção parou. E portanto toda aquela perspectiva de venda de terrenos e de pagar os empréstimos etc, era com base naqueles dados e que os Senhores deputados em funções na altura votaram por unanimidade. Agora as coisas evoluíram, as coisas mudaram, é preciso ajustar e perceber que as coisas são diferentes. Hoje é diferente do que era há três anos, amanhã será diferente do que é hoje, mas nós estamos a confiar nesta Câmara para até ao fim deste mandato e dos que se há-de seguir, liderar Aveiro para uma Aveiro melhor que é o que todos nós aspiramos.”

Vogal João Barbosa (PS)⁰²²

Vogal Marques Pereira (PS)⁰²³

Vogal Anselmo Castro (PS)⁰²⁴

Vogal Francisco Picado (PS)⁰²⁵

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁶

“Senhor Presidente, muito telegraficamente, relativamente à atividade municipal do município eu queria sublinhar a questão do Centro Hospitalar do Baixo Vouga e da congregação de vontades na sua defesa.

Eu penso que todos devemos ter consciência (e creio que todos temos consciência) de que a situação do Centro Hospitalar do Baixo Vouga consubstancia um dos principais se não o principal, é um dos principais, constrangimento ao nosso desenvolvimento em Aveiro e que afeta a nossa qualidade de vida.

Há demasiados anos que assistimos a esvaziamento de valências do Hospital. Durante demasiados anos não houve reconhecimento da parte da Administração Central da relevância do facto da região do Baixo Vouga se constituir a mais populosa da NUT II Centro. Pelo contrário até houve um fenómeno de concentração de valências em Coimbra, objetivamente. E o Senhor Presidente acaba de referir também acompanhado pelo efeito “tenaz” com o Porto. É uma realidade.

Felizmente o atual Senhor Ministro da Saúde, Prof. Adalberto Campos Fernandes, profundo conhecedor da realidade hospitalar portuguesa, tem consciência da necessidade de fazer infletir este movimento e sobretudo de cumprir a sua missão que é de dotar, repito — porque é bom sempre repetir, porque na Capital muita das vezes se esquece. É que a mais populosa NUT III, da NUT II Centro, é o Baixo Vouga.

Dizia eu que tem consciência da necessidade de infletir essa questão, mas todos nós sabemos, e quem lida com dinheiros públicos e com a Administração Pública tem consciência das consequências, das inércias, de movimentos financeiros. E, portanto, o sorvedouro que se acaba por constituir em serviços depois se torna complicado reverter.

Eu queria portanto saudar esta medida, naquilo que ela significa de congregação de várias instituições e na afirmação da sua relevância regional.

Muito telegraficamente também só porque de inteira justiça. O retomar do “Sons em Trânsito” que foi uma realidade daqueles que verdadeiramente constituíam motivo de orgulho em Aveiro, que durante anos eramos invejados pela capacidade de protagonizar espetáculos de levadíssima qualidade nacional. E portanto congratulo-me com o facto dessa realidade se retomar.

E finalmente, só mesmo uma nota, porque já foi assumido, de facto Senhor Presidente, no início desta exposição escrita, evidencia o “combate à corrupção” como uma evidência da mudança operada em curso.

Ora não foi, como poderia ter sido, pelo reforço da transparência como sendo uma marca desta governação. Foi muito mais longe e foi e de modo diferente o combate à corrupção. E portanto tem um determinado significado. Eu creio que o Senhor Presidente já se terá queixado no Ministério Público e, portanto, se puder concretizar esta expressão, porque de facto não há nada pior do que banalizarmos o termo corrupção. Ela tem uma ressonância precisa e não pode merecer quaisquer contemplanções no seu combate. E sendo certo que com o trabalho e com resultados evidentes, como refere, mas que aparentemente não são conhecidos resultados evidentes nesse combate específico à corrupção. Já lhe foi avançado esse repto eu apenas o sublinhá-lo-ia para concretizar essa questão. E agradeço senhor Presidente. Muito Obrigado.”

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[027](#)

“Boa noite Senhor Presidente e caros colegas. Eu começaria por salientar que apesar da conversa havida nos últimos minutos, não houve muito de relevante contra a atuação da Câmara nestes três anos.

Mas gostaria também de lembrar a alguns dos senhores deputados que se insurgiram contra os aumentos de impostos, lembrar as obras começadas em mandatos anteriores, que esta Câmara conclui-o, e que o aumento de impostos não é mais que a consequência de uma gestão anterior pouco cuidada que conduzi-o a uma situação financeira do município muito grave e que obrigou o município a utilizar os meios que a lei previa, sendo que desses meios resultou a obrigatoriedade do aumento desses impostos.

Portanto querer atribuir a responsabilidade de aumento de Taxas, dos aumentos dos encargos para os municípios ao atual executivo, é esquecer a responsabilidade de executivos anteriores que conduziram à “belíssima” situação em que a Câmara se encontra.

Quanto às obras, quero só relembrar também os ilustres deputados, que algumas das obras foram concluídas por este executivo e que tinham sido iniciadas em mandatos anteriores (iniciadas é uma forma de dizer) estavam associadas a problemas gravíssimos que só a capacidade negocial deste executivo conseguiu ultrapassar. É bom que a gente também não esqueça isso que é para depois não nos enchemos ai de balões de ar.

Sobre o empenho da Câmara Municipal de Aveiro na resolução do problema do Centro Hospitalar do Baixo Vouga, temos apenas que saudar a capacidade de iniciativa da Câmara, a capacidade de se sentar com todos os outros parceiros envolvidos e de certamente defender os interesses dos municípios aveirenses, no sentido de garantir que Aveiro é dotado das competências em termos e saúde que a população que aqui existe na região exige.

E porque se passa a vida a dizer mal do Centro Hospitalar, permitam-me só dizer-lhes que não podemos deixar de neste preciso momento lembrar o empenho dos profissionais de saúde que prestam serviço no Centro Hospitalar do Baixo Vouga, e que nas circunstâncias em que exercem a sua profissão fazem um trabalho que é muito meritório. Nós não nos podemos esquecer disso. Não podemos confundir alhos com bugalhos. Às vezes há essa tendência para que aconteça.

Depois sobre o tom pouco convicto e laudatório do documento. Se a pessoa é muito convicta é vaidoso. E portanto leva porque é vaidoso. Se uma pessoa é pouco convicta leva porque é pouco convicto. O documento é claro, penso eu. O investimento em Aveiro aumentou significativamente. É evidente que a responsabilidade do aumento não é necessariamente apenas do município, mas também não podemos menosprezar o papel que o município aqui tem.

E se me vem falar que o município não baixou taxas, certamente o município não precisou de o fazer para garantir que o investimento aqui se realizasse. Se alguns dos investimentos que ai estão a ser feitos poderiam ter sido feitos pelas mesmas empresas em outros locais porque essas empresas não têm apenas unidades industriais no município de Aveiro. E portanto o factor de localização Aveiro não era tão importante assim face às possibilidades que essas empresas teriam de se instalarem noutra local.

Portanto não é apenas uma questão de logística interna, das vantagens internas, de se localizarem perto de outras unidades industriais. De facto quando olhamos para a Navigator Company e o investimento que está aqui a ser feito poderia estar a ser feito em outros locais que não em Aveiro. É a capacidade que nomeadamente a Câmara encontrou para negociar a forma de implantação da nova fábrica (que aliás este governo

tem feito os possíveis por dificultar) a forma de implantação da nova fábrica como benefício para as infraestruturas rodoviárias de Cacia e para as populações penso que isso não pode ser menosprezado, contrariamente áquilo que parece ter acontecido em algumas intervenções aqui nesta Assembleia.

E finalmente uma última nota. Acho espantoso que já se note, já seja mensurável, o efeito da concessão dos transportes da MoveAveiro! Este efeito de antecipação é um efeito que a mim de facto me surpreende, mas enfim a vida é cheia de surpresas e, portanto, não posso deixar de registar esta surpresa que me acabou de atingir. Muito obrigado.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰²⁸

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)⁰²⁹

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁰

“Filipe Guerra, as operações das USFs estavam no Plano. Já expliquei isto mil vezes, mas explicarei outras mil.

Nós para fazermos candidaturas aos Fundos Comunitários temos que ter os objetivos no Plano. Em regra um objetivo financiado por Fundos Comunitários se tiver necessidade de Visto do Tribunal de Contas tem que estar três anos nos Planos. Entre a candidatura, o projeto, o concurso, a execução de obra e fecho, são três anos.

Obras mais pequenas, se começarem muito na ponta inicial dum ano, serão dois anos. Mas não vale a pena pensar que é de outra maneira. Ainda por cima sabendo-se bem da demora e do atraso no arranque dos processos. Neste momento temos um problema muito delicado sobre a questão da eficiência energética destes edifícios que me reservo, em termos de pormenores, para as interações que estamos a ter com a autoridade de gestão, porque foram detectados vários problemas no próprio regulamento do concurso que a Câmara de Aveiro e outras, chamaram a atenção para terem que ser corrigidos sob pena da esmagadora maioria das próprias intenções contratualizadas não poderem ser desenvolvidas, por erro de exigência em critérios ligados às questões de eficiência energética.

Em relação aos trabalhadores da MoveAveiro, o António Neto também falou sobre isto, dizer-vos com clareza o seguinte. Todos direitos dos nossos funcionários estão absolutamente garantidos. O que existe é uma lei absurda, que a actual maioria parlamentar ainda não lhe mexeu, dizem que anda a trabalhar mas ainda não mexeu, e que é isto: temos funcionários que trabalharam um ano, cinco anos, dez anos, quinze anos ou vinte anos, para uma empresa municipal que é de uma câmara e que nós, câmara, dona exclusiva daquela empresa, não podemos, por despacho do Presidente, decisão do Executivo ou seja do Deliberativo, passá-lo para os quadros da nossa Câmara. Eu acho inadmissível que nós não tenhamos poder para dizer que o funcionário que está na MoveAveiro há quinze anos, que tem uma prestação positiva, não pode, por decisão nossa passar para a Câmara. Mas sabem uma coisa? A lei do Estado não deixa e vocês ainda não a mudaram; dizem que estão a pensar no assunto. Veremos.

A lei diz o seguinte: a empresa tem que acabar. Lei que continua em vigor, já que a actual maioria ainda não mexeu na Lei 50/2016 que manda acabar com as empresas municipais insustentáveis. Temos que acabar com elas, já devíamos ter acabado. A lei do trabalho que está em vigor diz que pessoas vinculadas a uma empresa municipal das duas uma: ou assinaram um acordo de cedência e passaram para a Câmara e vão ter um procedimento concursal ao qual podem ser elegíveis com ordem preferencial e, depois, ganham-no ou perdem-no; mas aquelas que não assinaram o acordo de cedência não têm qualquer direito; acaba o seu contrato, acaba a empresa, indemnização por rescisão

por mútuo acordo. Se fizermos as coisas com jeito legal e nós temo-lo feito em cem por cento dos casos têm fundo de desemprego. Isto é a lei do país que agora é governado por vocês e que vocês ainda não mudaram. Portanto, se há problemas nos direitos os problemas estão na lei. Ao abrigo do quadro legal todos os direitos estão absolutamente salvaguardados, nomeadamente os daqueles que são trabalhadores com vínculo à Câmara e que aí, obviamente, o quadro legal garante em absoluto essa manutenção. Aquilo que vai acontecer a todos eles, aos que ficarem na Câmara a trabalhar ou aos que forem trabalhar para a empresa, e os que fiquem na Câmara a fazer as mesmas funções ou outras funções, é a garantia absoluta dos direitos. E é assim... não vale a pena vocês estarem com esses fantasmas comunistas de que estamos a dar cabo, coitaditos, dos trabalhadores porque não estamos. Eu só lamento a lei que o país tem e que, na minha opinião, para estes casos, está errada e que a actual maioria que governa o país ainda não fez nada para a alterar.

E reiterar o exercício que para nós está acima da lei que é o exercício de humanidade, um exercício de bom senso, gerirmos bem os interesses dos nossos funcionários. Este exercício está acima da lei mas a lei é absolutamente cumprida e, portanto, todos os direitos estão salvaguardados.

Dizer ao António Neto que eu nunca tratei questões disciplinares de funcionários na praça pública. Lamento que um de dois funcionários que exonerámos tenha ido a uma reunião pública de Câmara por causa de prazos. E em relação ao processo que foi á reunião pública procurei falar pouco porque acho que essas coisas não devem ter exposição pública, é a minha opinião; depois teve alguma, no caso, porque legitimamente os Srs. Vereadores da oposição colocaram questões. Portanto, o Sr. não vai ter respostas a essas questões que me colocou relacionadas com uma eventual questão de disciplina numa reunião interna. Mas terei todo o gosto, António Neto, de em privado ou numa reunião informal, não pública, explicar-lhe o que é que aconteceu; com todo o gosto e com todo o rigor e verdade. Em público questões de natureza disciplinar ou da vida interna da Câmara, não.

Marques Pereira, acho um acto inadmissível da sua parte como membro desta Assembleia Municipal que oiça um funcionário da Câmara que lhe vai fazer queixa ou lhe explicar uma coisa grave que se passa no funcionamento e, mesmo omitindo o nome dele, não partilhe com o seu Presidente da Câmara. É sua obrigação como autarca zelar pelo bom funcionamento da Câmara. A sua frase é uma frase absurda, errada e mentirosa porque, de facto, o mau ambiente na Câmara relatado por funcionários não existe e um ou outro caso pontual que lhe foram contar tenho todo o gosto, se você tiver a opção de ter uma atitude construtiva em vez de demagógica como aquela que fez aqui, em vez de dizer «meu Presidente eu soube desta situação, verifique, se faz favor, porque nós queremos a nossa Câmara a funcionar em condições». É isso que um autarca responsável e que quer o bem da sua câmara e do seu Município deve fazer e não estes exercícios folclóricos que não servem para nada e que tentam transformar um caso pontual que pode haver na cabeça de um funcionário, que eu gostava muito de saber para poder agir e verificar se não é uma construção, e não V. Exa. vir para aqui transformar isto num grandessíssimo problema. A Câmara Municipal de Aveiro tem um excelente ambiente de trabalho, a reacção dos nossos funcionários a uma reforma profunda e complicadíssima é notável. Se hoje temos uma prestação de serviços com um nível que, em média ainda é razoável mas que já tem em várias das suas subunidades um nível de bom, é por mérito do nosso trabalho e da nossa liderança mas também por mérito, ao mesmo nível, dos nossos funcionários municipais e das suas chefias. Esta é a verdade objetiva de quem quiser fazer uma análise séria e falar com todos. Falem com

todos, eles são cidadãos e andam por aí e têm todo o exercício de liberdade em plena condição.

Em relação ao IMI. Houve um tempo em que na nossa Câmara havia descontos na taxa de IMI; aliás até temos uma questão para tratar com uma nossa Freguesia e que é um disparate. Uma coisa ilegal, descontos na taxa de IMI. O que na equação do IMI faz a diferenciação do território é uma coisa chamada coeficiente de localização. Os descontos à moda do mandato anterior são ilegais e imorais. O que na equação do IMI faz a diferenciação entre S. Jacinto e o Cais da Fonte Nova, entre Requeixo e o centro de Esgueira, etc., é uma coisa chamada coeficiente de localização que é, dos vários fatores que compõem a equação, dos que mais condicionam o valor final que as pessoas pagam. Quem é que manda nele? O Ministério das Finanças. Quem é que influencia o Ministério das Finanças para a sua fixação? As câmaras municipais. Tivemos um processo de revisão extraordinário por pedido da ANMP e de acordo com o anterior Governo e que foi aplicado este ano. Por isso, muitos dos nossos concidadãos não tiveram o tal aumento tão forte porque um dos fatores, além daqueles que têm filhos e que tiveram o IMI Familiar, foi exatamente a redução dos coeficientes de localização. É isto, e não como alguns demagogos andam para aí a falar, o descontinho na taxa. Não há descontinhos na taxa. Isso foi uma invenção de quem não percebia nada disto e só fazia asneiras. O que faz a diferenciação é o coeficiente de localização.

Quanto aos problemas das cheias, Filipe Guerra, se puder ajudar, até em conversa privada, por que não me lembro, não nos lembramos, estava até a perguntar ao Vereador Jorge Ratola quando é que a cidade esteve bloqueada e só se entrava por um sítio. Tivemos um problema na EN203, na Baixa de Azurva, onde tivemos que cortar a via. De resto, tivemos apenas situações pontuais na Avenida da Universidade e mais nada.

O António Neto e vários de vocês falaram na questão do Centro Hospitalar. Eu devo dizer uma coisa e subscrever o que disse o Henrique Diz. Saudar os nossos profissionais, saudar o actual Conselho de Administração. O nosso Hospital deixou de ser notícia, saiu dos jornais, por tudo o que era granel, uns reais e outros inventados, e isto é muito bom. As instituições precisam de paz para crescerem, precisam de paz para se reformarem, para se capacitarem. Os profissionais precisam de estímulos. Nós temos que dizer bem. Sabem uma coisa que ajuda imenso? Os dois pólos, que nos andam a rasgar, dizerem mal de nós. É uma ajuda imensa que nos dão. Nós sabemos que há problemas e temos que ajudar mas sabemos que maioritariamente a prestação dos nossos profissionais é positiva. Muitas vezes quando não conseguem fazer mais é porque os recursos não estão lá. Podem fazer mais? Podem. Podem fazer melhor? Podem. Mas o balanço é positivo. E é muito importante para nós conseguirmos conquistar a nossa posição e não continuar a perder posição, que saibamos promover o que de bom fazemos em detrimento do mau e no mau tomarmos as diligências que temos em muito espaço para que as coisas possam melhorar.

Dr. Jorge Nascimento, o Sr. vive num outro mundo. Fique no seu mundo, Sr. Dr., divirta-se mas se V. Exa. ouvisse os nossos concidadãos ia ver que o que eles dizem é coisa diversa. De resto, V. Exa. tem aqui construções absurdas. Julgo que está um bocado desatualizado porque metade do meu mês de Agosto foi a pôr em ordem as minhas audiências que estavam muito atrasadas. O mês de Agosto foi um bocadinho para as minhas férias e os dias de trabalho a fazer as audiências para as pôr em ordem. Mas se souber de algum munícipe, pode ter escapado ao sistema, temos um sistema bom, informatizado, mas se souber diga, Sr. Dr. porque, de facto, esse passivo já não existe. V. Exa. está sempre a pegar naquilo que lhe dá jeito mas olhe que não faz sentido.

Quanto à corrupção eu gostei imenso de vos ouvir a todos. Terei muito gosto em contar à Assembleia Municipal em reunião privada aquilo que aprendi ao longo deste três anos. Com todo o gosto. Aquilo que tinha que fazer e que tinha que ser feito está feito. As diligências internas e externas estão feitas. Entendemos que havia um tempo em que era preciso escrever esta frase porque, às vezes, alguns movimentos que conseguimos acamar desacamam-se e é preciso dar sinais claros que aquilo que já aconteceu de bom a este nível veio para ficar, veio mesmo para ficar, por mais que custe muito a alguns poderes poderosos, que bem os sentimos de vez em quando, mas como estamos todos livre e viemos para aqui, eu e os quatro vereadores que comigo governam a câmara, para servir e não para sermos servidos, a nossa vida financeira e pessoal em nada depende da nossa prestação como Presidente e Vereador, seguiremos o nosso trabalho no mais absoluto rigor e transparência. As influências nefastas que os nossos cidadãos tão bem conhecem acabaram. Não acabaram em pleno mas acabaram na sua condição maioritária. E aconselho os Srs. Autarcas a falarem com os cidadãos porque se V. Exas. Falarem com os cidadãos e não virem aqui, de vez em quando, fazerem exercícios reflexivos sobre a vida dos cidadãos vão ouvir o que eles têm para vos contar. Mas terei muito gosto em poder partilhar convosco porque são corresponsáveis da gestão comigo, mas eu sou mais responsável que a oposição porque a oposição não está para aí virada, em cuidar da notoriedade, da credibilidade, do Município que, de facto, já existe, já renasceu, porque já existiu no passado, e deixarmos de ser o município que não paga a ninguém, que tinha um presidente que ninguém conhecia, que não tinha liderança política em lado nenhum, que tinha os hoteleiros em guerra com a Câmara, que tinha os operadores turístico-marítimos à porrada nos passeios, etc., etc., etc. E isto poderá ajudar o Francisco Picado a perceber o papel tão importante de uma Câmara Municipal nas ações indiretas e diretas que promovem competência, notoriedade, capacidade, visibilidade. No turismo, o país cresce desde dois mil e onze. É considerado um fenómeno importante em termos internacionais. No pico da crise o sector do turismo em Portugal começou a crescer. Vamos crescer em dois mil e dezasseis, todos os dados apontam nesse sentido, pelo sexto ano consecutivo. Notável. Parabéns a tanta gente: governo, empresas, câmaras, regiões de turismo, ao Ronaldo que dá uma ajuda importantíssima. Mas sabeis de uma coisa? O nosso Município não cresce há seis anos, cresce há três anos. Em dois mil e catorze crescemos um bocadinho pequenino, foi apenas para inverter a curva que foi sempre descendente entre 2010 e 2013. Em dois mil e catorze crescemos um bocadinho pequenino e depois demos um salto em dois mil e quinze e vamos dar outro salto em dois mil e dezasseis. A câmara tem aqui um papel muitíssimo importante, muitíssimo importante. Nós fizemos tudo? Nada. Demos a nossa parte e estar a ser parte é importantíssimo porque um dos problemas da nossa câmara nos últimos quatro mandatos é que não estava a ser parte e agora estamos a ser parte. Trabalhamos com a nossa hotelaria, com os nossos operadores turístico-marítimos, com a nossa restauração, etc., etc. E estas são as circunstâncias em que todos estamos a viver, uns com os outros, aqueles que estão atentos mais, aqueles que andam a tentar viver na ilusão é um problema deles e ficam consigo mesmos.

Dr. Jorge Nascimento, não me está a ver a dar ordens ao Beira Mar. Eu não dou ordens ao Beira Mar. O Beira Mar é uma entidade privada, tem quem mande nele, sócios e direcção, agora uma comissão administrativa, e, portanto, eu não dou ordens ao Beira Mar. Eu negoceio como parceiro, processo acordos e gerimos acordos. Uma das condições importantes que o Sport Clube Beira Mar nos fez foi reconquistar alguma das suas gentes associada por força da desgraça em que o nosso Beira Mar caiu de chegar à segunda divisão distrital. Tem só a ver com isto. Agora, o actual presidente da Câmara não manda no Beira Mar, é parceiro. Negoceia, reúne, sei lá quantas vezes tivemos

reuniões, e fazemos acordos como gente séria que somos. E temos um bom acordo, aprovado por nós e aprovado pelo Beira Mar. Não há ordens, Sr. Dr., aqui não há ordens há parcerias.

O Ernesto Carlos Barros falou no concurso de ideias. Há coisas que são, de facto, pobres e a prestação do Anselmo Castro e do Marques Pereira são muito pobres. Vocês dizem muitas vezes que nós não conversamos com ninguém e que só fazemos o que queremos. Tomámos uma decisão que é daquela zona do Rossio, integrado e inserido nas Pontes, até à Ponte de S. João, ter uma reforma profunda, toda a gente acha isto. Nós temos ideias globais, base, que queremos estudar, que queremos aprofundar e achamos que esta proposta é um bom exercício formal. Um concurso de ideias não é uma brincadeira de meninos, é um processo formal a que só pode ir gente com competência para apresentar ideias. Portanto, estamos na total abertura à comunidade. Pusemos hipóteses que são as orientações base que tem que haver num concurso de ideias porque se não alguém, Prof. Anselmo Castro, vai lá querer colocar um centro comercial. Eu julgo que essa ideia deve ser de algum atrevido militante socialista que quer que a nossa câmara seja prejudicada em termos de imagem. Deve ser algum arquitecto socialista que quer que a gente construa um centro comercial no Rossio porque, de facto, já ouvi muita coisa mas essa ainda não tinha ouvido. Deve ser mesmo uma invenção socialista. Vocês, há dias, estiveram todos a refletir em Eixo e devem ter formatado um centro comercial para o Rossio. Nós queremos o Rossio como praça, queremos um Rossio sem estacionamento à superfície. Colocámos a hipótese de um estacionamento em cave, menos um; colocámos a hipótese de recolocar o coberto arbóreo com a alteração total das palmeiras com corredores verdes na zona de proximidade à frente do canal; com baterias de serviços; com a valorização de valores patrimoniais que existem na zona do Rossio e na fachada urbana que o contorna. Estas são as ideias base. Mas, Sr. Professor, daqui a dias, é a Câmara Municipal e o Executivo que lança o concurso, vamos trabalhar e aprofundar todas as ideias. Devo-lhe dizer, desde já e fica o aviso, que se algum vier com uma proposta de um centro comercial no Rossio tem nota negativa e vai chumbar. Posso desde já anunciar em nome do júri que ainda nem sei quem é, mas está já anunciado. Um centro comercial é chumbado. No entanto, eu lembro que há muita gente que foi contra a construção do Fórum Aveiro e que aquilo era uma coisa aberrante aquela construção ao lado do Cemitério Central e encostado ao Canal. Eu acho que foi muito bem feito e não tem uma cave de menos um, em termos de estacionamento, tem uma cave menos dois. O nosso borrão não tem menos dois, no Rossio, chega menos um. E depois há todo o trabalho de inserção viária, etc. Isto é que é um concurso de ideias. Com uma ideia muito base e muito grosseira que não vincula permitir ao mercado propor para nós refletirmos, para nós discutirmos, e escolhermos a melhor. E com base na melhor escolha passamos à fase seguinte. Pensei que V. Exa. se ia congratular com a reativação do semáforo junto ao cruzamento do velho pavilhão do Beira Mar que o levou a fazer eloquentes intervenções aqui. Por momentos pensei que seria isso mas já sei que a orientação que saiu de Eixo é para não dizerem tão bem da Câmara, como têm dito. Aliás, algo que se tem notado muito na prestação do Vereador João Sousa, no nosso Executivo municipal. Portanto, já percebemos que há uma nova orientação que é para não dizerem tão bem, como vinham dizendo, da nossa estimada Câmara.

Ernesto Carlos Barros, em relação às pontes de madeira, a obra parece parada e está porque a nossa decisão, infelizmente, no caso das duas últimas pontes do lado do Cais da Fonte Nova quando começámos a mexer nelas verificámos que elas estão excessivamente podres e a manutenção não era solução. Portanto, vão ver, qualquer dia, a sair completamente as duas pontes velhas e a serem colocadas duas pontes novas que estão a

ser construídas em estaleiro; processo que já está adjudicado à empresa que ganhou o procedimento.

João Barbosa, temos que marcar a visita a S. Jacinto. Sinceramente eu pensei que isto era mais na brincadeira que o meu amigo lá iria sozinho aproveitando o Verão. S. Jacinto bateu recorde, sem contabilidade, de gente em S. Jacinto, na praia, na frente Ria. Foi um excelente verão em S. Jacinto, o João Barbosa não teve agenda para ir lá um dia, ficou à minha espera, e eu peço desculpa. Portanto, vamos marcar ir lá a S. Jacinto, vamos ao RIII e vou-lhe também mostrar as obras novas que vamos fazer agora que está prestes a celebrar-se o protocolo com o Exército, que demorou um bocado porque tivemos a mudança de Chefe de Estado Maior do Exército para que as coisas possam andar.

Quanto ao Benfica-Braga, além do resultado que eu gostava que tivesse sido ao contrário, o problema grave que tivemos foi o de um país inacreditável que consegue, por causa de um incêndio, ter duas autoestradas cortadas. E é inadmissível como é que um país civilizado, com os recursos que tem, ter ao mesmo tempo duas autoestradas cortadas num dia em que muita gente do norte vinha apoiar o Braga e o Benfica no nosso estádio e estiveram presos na autoestrada.

João Barbosa, a falta do autocarro não é relevante. Nesse dia, o problema foi outro, muito mais grave, que afetou muita gente por causa de um país que continua a ter problemas muito graves com os incêndios.

Quanto ao painel do Canal de S. Roque, lá está o painel; parámos a demolição para que conseguíssemos salvar o painel. Houve vários cidadãos que nos chamaram a atenção, nós agradecemos, e o Vereador Miguel Capão Filipe tomou providências com a Vereadora Rosário Carvalho que é gestora da operação de demolição daquela miséria urbana que lá temos mas que, agora, falta a demolição de uma parede porque queremos salvar aquele painel.

Quanto àquilo que lê nos jornais, Agrovouga, Iluminação de Natal, festas e romarias. Não há nenhuma novidade importante sobre isto mas vamos falar sobre todas estas matérias na discussão do Plano e Orçamento para que V. Exa. fique bem informado, embora, globalmente, o que a comunicação social tem escrito está bem mas há nuances importantes que falaremos no referido ponto da Ordem de Trabalhos Também falaremos nas Dunas de S. Jacinto porque a notícia do mais importante jornal que se publica no país dizia, há dias, que iríamos retomar o Festival das Dunas de S. Jacinto, não é verdadeira. Houve um equívoco. O que vamos retomar são os Sons em Trânsito que é uma nota cultural da maior importância mas não vamos retomar aquele festival rock de S. Jacinto. As nossas Dunas de Jacinto é uma outra coisa que não tem nada de nada parecido com esse outro evento que existiu, no seu tempo, mas o nosso não tem nada a ver.

Eu agradeço ao Jaime Vinagre a questão dos arrumadores porque me vai motivar mais um ofício à Direcção Nacional da PSP. De facto, nós continuamos a não vencer o problema da segurança e que é cada vez pior em certas componentes. Arrumadores e estacionamento ilegal está, de facto, a atingir níveis inadmissíveis. A sua intervenção é pertinente e correta e motiva-me a elaborar, com base também na sua própria intervenção, esse novo ofício à Direcção Nacional da PSP, com conhecimento à Sra. Ministra e à Sra. Secretária de Estado. João Barbosa, no dia vinte e nove de Novembro, às dezoito horas, terá um Conselho Municipal de Segurança onde esta matéria também será tratada; entretanto receberá a devida convocatória.

O Marques Pereira está preocupado com o empossamento do parque do Canal de S. Roque e bem preocupado. De facto é incrível como é que aquela obra foi tão mal feita e tão mal projetada. Como é que é possível que numa zona em que se impermeabilizou

uma área tão grande ter canaletes ridículos para recolherem a água da chuva. É, de facto, uma obra de quem não percebe nada daquilo que projetou. O empreiteiro não porque o empreiteiro, seguramente, fez de acordo com o projeto mas o projeto é inacreditável. Pensávamos nós que o problema se resolvia apenas com a desobstrução da rede e desobstruímos completamente a rede, havia alguns pontos de entupimento total. A verdade é que não chega. Chegou-me, hoje mesmo, o trabalho técnico com a proposta técnica e financeira com o trabalho adicional que temos que fazer para resolver o problema. Além de que ali há momentos de pico de chuva e de água no canal em que há um tempo em que a escorrência de água para o canal é mais lenta, mas aí não há volta a dar porque não há espaço para fazer bacias de retenção. Mas, de facto, a construção daquela rede de recolha de água da chuva é insuficiente no seu calibre. Portanto, vamos fazer uma obra adicional para melhorar essa condição embora já hoje, para quem lá passa, já não tem, nada a ver. Ninguém molha os pés quando sai do carro, já não há lama. Portanto, quem viu aquela zona e quem a vê num patamar de qualidade bem mais alto.

Agradeço ao Filipe Neto Brandão as suas palavras sobre a saúde. Agradeço muito e, seguramente, no trabalho que temos feito cada um com as suas responsabilidades tem sido muito útil puxarmos todos para o mesmo lado em bom nome. Filipe Neto Brandão só lhe proponho que corrija um seu argumento porque já deixou de ser verdadeiro. Nós temos muitos bons argumentos e não é bom usarmos argumentos que deixaram de ser verdadeiros. Com a última reforma das NUTsIII deixámos de ser a NUTIII mais populosa porque a invenção de uma híper região de Coimbra fez com que, hoje, seja a NUTIII da Região de Coimbra mais populosa que a Região de Aveiro. A última reforma provocou essa circunstância. Portanto, esse argumento deixou de ser válido há dois anos. Somos a segunda mais populosa porque Coimbra agregou a serra e é hoje a NUTIII mais populosa da região. Não precisamos de usar um argumento errado e como sei que argumenta bem e com intensidade e um contributo muito positivo nesta área não precisamos de usar argumentos errados.

Gostava muito de dar esta nota do investimento privado. Nós hoje temos canais de recepção de investimento privado que entram pela presidência. Temos tratamento de processos com criação de equipas técnicas à nascença dos processos, equipas mistas entre os nossos técnicos e os técnicos dos investidores. Desde a apresentação da ideia com o mínimo de maturidade até ao licenciamento há um trabalho de equipa intensíssimo que depois produz, quando entra o processo formal, um tempo de vida processual, na componente formal, mínimo. Ainda há dias noticiámos que batemos o tempo recorde no licenciamento da nova fábrica do Grupo OLI. Ainda há tempos, nessa situação, a questão para o investidor era o valor do pagamento de taxas. Uma das coisas que essa equipa faz é a simulação da taxa que o investidor irá pagar. A OLI colocou alguma questão sobre os vinte e quatro mil euros de taxas que vai pagar naquele investimento? Nenhuma. Digo isto tantas vezes, não vale a pena diabolizar as taxas. As taxas são uma coisa boa, útil, necessária, para nós mantermos a capacidade de suporte de infraestruturas e em todos os investimentos a sua percentagem sobre o valor total do investimento é absolutamente despicienda. Existe, como é óbvio, está lá, mas é um valor muito pequeno. É esta atitude activa, colaborante, disponível, que nós estamos a ter e que nos promove uma capacidade de atração e de conquista porque, em regra, muitos destes investimentos são disputados.

Há coisas que nunca poderão ser ditas em público. Fomos determinantes no projeto de investimento da Renault – Cacia, cento e cinquenta milhões de euros? Não fomos. O nosso pequeno contributo foi muito importante? Foi muito importante. Alguma vez eu o contarei em público? Nunca. É preciso saber ser gestor O Bloco de Esquerda ri-se

porque gosta da política folclórica mas nós gostamos da política consequente. E na política consequente, quando se é parceiro, é-se parceiro em pleno. Aliás, vejam a normalidade do processo da Renault-Cacia. Vai ser apresentado para a semana, não vou ser eu a anunciar, vai ser a empresa, com um alto responsável do Governo do país. Mas que estranho... foi apresentado há dois meses por uma outra entidade. Mas vai ser apresentado pela empresa e por um responsável ao mais alto nível do nosso Governo. Nós também lá estaremos com todo o gosto a receber o membro do Governo e a sermos parceiros da nossa empresa.”

(Entretanto saiu da sala o Presidente de Junta de Freguesia António Ildebrando Nunes Costeira).

Encerrado a apreciação do Ponto 1 da *Ordem-do-dia*, o Presidente da Mesa colocou à consideração do Plenário⁰³¹ a discussão em conjunto dos pontos 2, 3, 4, 5, e 6 da *Ordem-do-dia*, uma vez que todos correspondem à aprovação de fiscalidade para o ano 2017 proposta pelo Executivo Municipal, mas que a votação seja então feita ponto a ponto.

Ponto 2 – Apreciação e votação da proposta do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2017;

Ponto 3 – Apreciação e votação da proposta da Derrama para 2017;

Ponto 4 – Apreciação e votação da proposta da Participação variável no IRS para 2017;

Ponto 5 – Apreciação e votação da proposta da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2017;

Ponto 6 – Apreciação e votação da proposta de Atualização de Taxas - RUMA (Regulamento Urbanístico do Município de Aveiro) e RMTOR (Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas).

(As deliberações tomadas pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária realizada em 31/10/2016, sobre os assuntos em epígrafe, foram distribuídas a todos os membros desta Assembleia e fazem parte do original desta acta, em anexo).

Existindo anuência da parte do plenário para a metodologia proposta, o Presidente da Mesa⁰³² deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação dos documentos atinentes aos pontos 2, 3, 4, 5, e 6 da *Ordem-do-dia*.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³³

“Sr. Presidente muito obrigado. Agradecer a sua diligência mas, de qualquer forma, eu iria, em qualquer circunstância, fazer apenas uma intervenção e que também vai servir para o ponto sexto que é o mais simples de todos e que é a aplicação do índice do preço do consumidor às nossas tabelas de taxas. Está feita a introdução sobre o ponto seis que é tão simples quanto isto.

Em relação ao pacote fiscal, normalmente referenciamo-lo assim, obviamente que a nota de destaque vai para o IMI. A nossa opção em relação à Derrama, à participação no IRS, à Taxa Municipal de Direitos de Passagem, é a manutenção dos valores que temos tido nos últimos anos na medida em que entendemos que a estrutura de receita desses três impostos é importante para a nossa Câmara Municipal e a sua sustentabilidade social está tranquilamente assumida ao nível do nosso Município seja nos cidadãos contribuintes, nomeadamente nos de IRS, seja nas empresas, nomeadamente as que são contribuintes de Derrama e também da Taxa Municipal de Direitos de Passagem.

Julgamos que a nossa experiência destes anos responde com positividade a essa opção de mantermos para o próximo ano de 2017 as taxas que têm vigorado.

Quanto ao IMI é sabida a nossa posição de entendermos que a taxa de zero quatro é uma taxa que se adequa ao nosso Município. É a nossa posição desde o princípio. No entanto, as nossas obrigações perante o Fundo de Apoio Municipal determinaram que tivéssemos que aceder à taxa máxima, mau grado todos os esforços que fizemos e que continuaremos a fazer com o anterior Governo e com o actual para que a taxa máxima volte àquilo que era em dois mil e oito e que era de zero quatro. Obviamente que manda quem tem a competência para mandar, neste caso de legislar, e nós, como Município FAM que somos, por obrigação temos que cumprir, embora dizendo sempre que é uma boa solução para a nossa Câmara Municipal.

Vem a boa notícia com a publicação da Lei do Orçamento do Estado de 2016 de poderem os municípios FAM fazerem uma opção entre a taxa de zero cinco e a taxa de zero quarenta e cinco. Essa é uma boa notícia, já aqui o disse, agradecendo o trabalho do Partido Comunista que foi quem esteve na génese no mérito desta descida que, depois, a acordou, não com a proposta inicial do PCP que era de zero quatro, com o Partido Socialista na construção daquele que foi e é a Lei do Estado para dois mil e dezassete. Nós temos que registar isso como uma nota positiva. Mas também compreendemos que algumas câmaras municipais que estão obrigadas ao zero cinco, em Portugal há vinte e três câmaras que têm taxa máxima e todas elas por obrigação, uma se FAM outras de PAEL. Não temos em Portugal nenhuma câmara com zero cinco por opção política. Mas vamos ter câmaras que vão continuar com o zero cinco por opção político-financeira.

A nossa opção é esta: na alternativa que nos é dada assumimos a opção que se aproxima mais da nossa opção. Se a proposta do Bloco de Esquerda for esta matéria e ela for aprovada a nossa opção será colocar a nossa taxa em zero quatro. No entanto, para já, a alternativa que nos é colocada pela lei a nossa opção é de zero quarenta e cinco. Isto vai permitir que toda a gente contribuinte, não mudando outros factores que afetam a equação do pagamento, tenha uma redução, no valor a pagar de IMI em dois mil e dezassete, de dez por cento. Essa é a consequência no valor absoluto dos contribuintes de IMI, redução de dez por cento. Esta é a nossa opção, esta é a proposta que trazemos à Assembleia Municipal.

Trazemos também a proposta do chamado IMI Familiar. Aqui também nos adequamos à lei. A Lei do Orçamento do Estado, a mesma lei, no caso por proposta acolhida do Bloco de Esquerda, alterou as regras do IMI familiar. Nós discordamos, achamos que as regras anteriores, que estão em vigor, eram melhores e isso verificar-se-á, António Neto; não vale a pena. Para a maior parte dos nossos sete mil agregados familiares, estou a falar dos agregados familiares do Município de Aveiro, as diferenças são poucas mas não vai ser tão favorável. É o que é, é a matemática. Mas pronto, manda também quem pode e entendeu o Governo e a maioria parlamentar que aprovou a lei que está em vigor que a bonificação da taxa do IMI Familiar para quem tem um filho, dois, três ou mais, deveria ser por um valor fixo e não por um desconto percentual como esteve em vigor, e está, no IMI que se cobrou e se está a cobrar, falta o pagamento de Novembro, deste ano de dois mil e dezasseis. Esta é a ordem jurídica que temos e a nossa opção é a de colocarmos o desconto do IMI familiar, que vem nesta proposta à Assembleia Municipal, na taxa de IMI para o próximo ano. Estas são as opções do nosso IMI: baixar a taxa de zero cinco para zero quarenta e cinco; manter o IMI familiar, são cerca de sete mil agregados familiares pelos dados que nos foram fornecidos pela Autoridade Tributária. Por aqui as famílias vão poder ter um impacto positivo porque várias destas famílias, neste ano de dois mil e dezasseis, não tiveram aumento de IMI por causa do desconto do

IMI familiar e agora, com a circunstância da redução para zero quarenta e cinco, além dessa circunstância que já tinham pelo IMI familiar somar-se-á a redução do pagamento do IMI pela nova taxa de zero quarenta e cinco. Decidimos manter o agravamento de dez por cento para os prédios degradados. Como sabem temos um intervalo até trinta por cento e entendemos manter a solução que adotámos para dois mil e dezasseis e que é, por um lado, não penalizar excessivamente porque queremos induzir a reabilitação urbana e que as pessoas tirem proveito dos benefícios fiscais, além do mais aprovámos aqui recentemente e que já estão em vigor, na reabilitação urbana dentro da ARU e fora da ARU, em todo o Município, estão ao dispor dos cidadãos que fizerem investimentos de reabilitação urbana. Entendemos que os dez por cento de agravamento também continua a servir como um elemento de pressão para que esse movimento de investimento na reabilitação se possa fazer. Portanto, achamos que este é um bom ponto de equilíbrio para se conseguir este duplo efeito que acabei de referenciar.

Sr. Presidente e Srs Membros esta é a estrutura da proposta que trazemos à Assembleia Municipal sabendo que damos um contributo importante para a manutenção de uma receita que é a mais importante receita da nossa estrutura orçamental. É bom que não nos esqueçamos que o nosso IMI é muito mais contributivo do que, por exemplo, as transferências do Orçamento do Estado ou de qualquer outro imposto, é a nossa principal fonte de receita; é, e com esta redução vai continuar a ser. Entendemos aproveitar a oportunidade dada pela lei de mantermos o IMI Familiar que já usámos neste ano de dois mil e dezasseis e baixar a nossa taxa de zero cinco para zero quarenta e cinco e, por isso, cá está a proposta para aproveitarmos objectivamente essa oportunidade na certeza de que isso não perturbará a recuperação financeira do nosso Município até porque o próprio PAM que aprovámos e que está para visto no Tribunal de Contas já assumiu esta nossa opção. A previsão de receita do IMI já foi feita com base neste pressuposto. Obviamente que é um pressuposto e carece de aprovação formal da Assembleia Municipal, como não poderia deixar de ser, mas os pressupostos são pressupostos e este já foi devidamente integrado no PAM que também aqui aprovámos e que está no Tribunal de Contas para ser visado”.

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[034](#)

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmos deputados e demais presentes. Só uma precisão em relação ao ponto anterior quando eu referi que a Cidade de Aveiro ficou limitada nas suas saídas devido a uma calamidade natural no dia 13 de fevereiro, foi que a Norte a A25 ficou cortada e também a linha do Norte ficou cortada ali na região de Estarreja. Era aí a esses acontecimentos que eu me referia.

Em relação a estes pontos múltiplos e aos aumentos de todos estes impostos. Senhor Presidente de Câmara há aqui várias ideias como um eixo central que é a profunda injustiça disto.

Primeiro sei que há uma limitação objetiva que tem a ver com a lei FAM. Mas a segunda ideia que a ver com o IMI. Agradecendo desde já a deferência que teve com o PCP. Mas dizer, salvo erro na primeira ou segunda sessão do seu mandato a primeira coisa que aqui se votou foi precisamente uma proposta de aumento do IMI. Em que o IMI estava em 0.3 e passou para 0.4 (está-me a dizer que não!?).

Senhor Presidente de Câmara a questão é esta: nós consideramos que há uma grande injustiça nisto em relação ao IMI.

Em relação à Derrama nós consideramos que, como considerámos no passado, por comparação da Derrama no município de Aveiro com os municípios vizinhos, continuamos a assistir a que Aveiro tem a Derrama mais cara da região.

Nós, em relação ao IRS é exatamente a mesma lógica. Por que razão o município de Aveiro continua a fazer a arrecadação ao máximo que pode do IRS dos municípios, portanto dificultando a vida à população e aos trabalhadores?

Em relação à Taxa Municipal dos Direitos de Passagem, aquilo que se tem vindo a verificar é que as operadoras fazem reverter o valor desta taxa municipal refletir-se sobre os consumidores.

Da nossa parte também não nos revemos nisto. Achamos que devia haver uma maior proteção para que esta taxa de facto incidisse a quem ela é destinada. De maneira que também por aqui acaba por ser a população, consumidores, munícipes, penalizados.

Senhor Presidente de Câmara, de facto nós não iremos votar favoravelmente nenhum destes aumentos. É uma questão de coerência dos argumentos que aqui dissemos a que se somam todos os argumentos nestes mesmos pontos nas Assembleias dos anos anteriores em que estas matérias foram votadas. Tenho dito.”

Vogal António Neto (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[035](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Já que estamos a debater todos os pontos, dizer que é a primeira vez que no mandato de Ribau Esteves o IMI baixa. Mas se perguntarmos porquê não é pela boa vontade do PSD ou do CDS, mas é através do Orçamento de Estado com o acordo parlamentar que permite haver este abaixamento. Ou seja, numa conclusão, mais esquerda menos PSD/CDS em Aveiro.

Veremos o que é que ocorrerá na Assembleia da República mas dando desde já o enfoque desta situação em que haverá um aumento brutal do IMI Aveiro e que leva a que de facto que os municípios paguem mais mesmo antes de ser aprovado o FAM. Fazendo aqui uma explicação das leis do IMI familiar que mudou, vamos ver que o filho de uma família rica de facto paga menos que (na antiga lei sem esta alteração) paga menos que uma família pobre. Esta correção levou a que de facto seja mais justo a partir deste valor absoluto. Eu andei aqui á procura da majoração dos prédios devolutos, não sei precisamente quanto é que será.

Mas já que tenho pouco tempo passarei desde já para a Derrama. Na Derrama parece-me que deveria aqui haver mais justiça fiscal. Convinha haver uma diferenciação a partir do volume de negócios. Penso que seja essa de facto seria a discriminação extremamente importante.

Também o Bloco apresentará na Assembleia da República uma mudança nesta lei para haver esta diferenciação na percentagem da Derrama através do volume de negócios. E de facto por concelho e não por sede fiscal — eventualmente o município ganharia com isto.

Um quarto ponto relativamente à participação variável no IRS não há muito tempo para estar aqui a falar.

E relativamente ao ponto 5 também somos contra esta posição porque no fundo no fundo é uma dupla taxação na factura do cliente. No cliente digamos subscritor de uma linha de telecomunicações é que está a pagar esta taxa. Esta percentagem é no fundo paga pelo consumidor e nunca pela empresa. No fundo é uma dupla taxação, digamos uma taxação indireta que tão apraz no discurso do PSD ultimamente.

No fundo é isto. Muito obrigado.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[036](#)

“Muito o brigado Senhor Presidente. A nossa posição já é conhecida. Achamos que os municípios de Aveiro estão muitíssimo onerados para além daquilo que é justo e que é moralmente devido. Lembro por exemplo que (é bem que se diga isto) que os valores arrecadados do IMI desde que este executivo tomou posse até agora andam pelo dobro.

O que teve efeito devido à atualização dos valores patrimoniais que ocorreu em 2012 que beneficiou este executivo em 2013 e também os aumentos quase para o dobro da taxa.

Portanto se nós formos ver a quantificação dos valores absolutos de IMI não tendo havido incremento de construção, as receitas arrecadadas pelo município hoje devem andar pelo dobro daquilo que eram em 2012.

O que já de si nos põe esta questão que digamos assim: o que é que esta Câmara tem feito a tanto dinheiro arrecadado? É preciso ainda ir buscar empréstimos? Enfim, tudo isto nos leva a formular o equacionamento deste tipo de questões. Portanto somo frontalmente contra isto. E pensamos que enfim, o Senhor Presidente apresenta agora este valor como uma concessão aos municípios, pois podíamos ter 0.5%. Não é bem assim. A pressão social sociopolítica que é um movimento generalizado que começou com o Partido Comunista. Quando começa este entendimento do Governo erado IMI baixar para a taxa máxima de 0.4% . Pelos visto o Orçamento veio a fixar nos 0.45% não sei muito bem mas penso que seja isso.

Mas há um movimento e foi aqui visto, que até Portimão sendo carente e com a necessidade de a receita se manter no máximo, já abrandou. E portanto não é benesse nenhuma desta Câmara dizer que vai ter o IMI nos 0.45% não senhor. Só não sugamos mais, passe a expressão do sugar, aos municípios aveirenses porque não podemos, não estamos autorizados.

E tem outra Senhor Presidente, mas essa o Senhor esquece. É que neste momento pelo que já percebi, nós não tendo aprovado o PAM, nós hoje podíamos estar aqui a votar a taxa mínima de IMI sem prejuízo nenhum. Não daríamos sinais é certo, mas daríamos sinais aos municípios. Mas a Câmara prefere o sinal que lhe favorece a vida que é ter dinheiro para governar. Mas os municípios necessitariam de outro sinal que era assim: não há PAM vamos dar sinal aos municípios que nós não queremos o aumento.

E isto conduziria a outra questão que é se a ida neste momento ao FAM ou seja, não estávamos obrigados a ir ao FAM neste momento devido ao rácio. Não estávamos obrigados.

Porque nós participámos de um plano de apoio financeiro anterior. Mal ou bom não interessa. Podíamos não ter ido como Gaia também não foi e está a recuperar. E não está a sacrificar os municípios para 20 anos!?. Coisa muito importante. A independência, a autonomia, nada dessas coisas está em causa. E nós aqui estamos, é bem que se diga isto.

Para a Câmara de certa forma, para quem governa, é melhor governar com dinheiro que governar sem ele, obviamente. Mas governar com a carteira cheia não traz problemas nenhuns. Trazê-los-ia era se tivesse carteira que tivesse de orientar a par e passo para a gestão corrente. E agora tinha essas condições. Como disse este bolo do IMI é muito importante.

Concluindo nisto do IMI. A Câmara não dá sinais à população nenhuns de que tem vontade de baixar o IMI. Bem pelo contrário. Porque se quisesse dar-lhes sinais neste momento poderia fazê-lo.

Quanto à Derrama nós não temos reparos votaremos a favor, mas no IMI iremos votar contra.

Esta questão da Taxa da passagem eu gostaria de saber que serviço é que a Câmara presta. Por dizer isto dos operadores eles põem na factura e tal. Mas é preciso que os munícipes saibam (e eu estou aqui e quero que os munícipes tenham esta consideração) o que nós cá estamos a fazer. Se bem entendo esta Taxa de Passagem é um serviço que a Câmara presta aos operadores. Mas depois os operadores pagam à Câmara e põem na factura de cada um. Dir-se-ia assim: as operadoras é que levam este dinheiro. Não. Tem que se perguntar quem é que leva o dinheiro primeiro — é a Câmara. Então a questão que se coloca e que se recompõe a toda a economia é perguntar que serviço é que a Câmara presta para levar esta Taxa? Era isso que eu gostava que o Senhor Presidente disse-se. Põem lá cablagem, fazem a vigilância, fazem isto fazem aquilo e não põem a culpa aos outros porque é muito simples e muito fácil. Mas vamos lá ver que serviços é que a Câmara presta a não ser, embolsar o dinheiro que nós pagamos ao operador e que depois vai direito ao município. Portanto o que é que a Câmara pode fazer, isto é, se não presta serviços moralmente não tem outra atitude a tomar que é dizer assim: vamos acabar com esta Taxa e então os munícipes deixam de pagar. Se bem que os munícipes saibam que o dinheirinho não é da operadora é a Câmara que o leva. Quer dizer mete esta entidade intermédia para se justificar e receber. É no fundo isto e contra isto vou votar. A menos que o Senhor Presidente diga assim: isto é uma imprescindibilidade. Prestamos um serviço e temos de levar esse serviço, isto é o mínimo que podemos levar. E portanto nós estamos neste espartilho, neste constrangimento, desculpem lá senhores munícipes nós precisamos de arrecadar este dinheiro e lavamos a mãos como Pilatos. Mas aqui não. Aqui é que é mesmo lavar as mãos como Pilatos. Isto é. Sabem do mal que fazem e continuam a receber e depois cá justificar com a operadora. Portanto eu penso que são estas as questões que havia.

Sobre o 0.52 das licenças. Isto também vai ter um agravamento geral! E eu sou contra o agravamento. Pois se eu acho que já está elevadíssimo para que é que devemos estar a atualizar! Mais? Há aspetos das Taxas que nem deviam existir. Por exemplo isto também vem aumentar as Taxas de estacionamento, porque isto é geral não é.

Mas por que carga de água o Senhor Presidente leva Taxas em tudo o que é buraco? Ainda agora eu no outro dia estive a olhar para aquilo e digo assim: o Senhor Presidente já nominou outra rua popularmente. Nós tínhamos uma rua muito importante cá em Aveiro que já foi prestigiadíssima que era a rua larga. E eu digo assim o Senhor Presidente deve retirar daqui rua José Estevão e por lá provisoriamente num dia ex-rua larga, rua estreita atual. Porque não se percebe porque é que foram acanhar aquela rua para fazer lugares de estacionamento? Gastar um dinheirão! Não se percebe. Isso não está integrado em política nenhuma viária. Não há estudo. Aquela rua pode ser larga porque pode ser necessário ir bombeiros para a Beira-Mar e o Senhor tem uma dificuldade enormíssima. Mas isso tudo sob a carga do Senhor querer levar (não digo extorquir porque o Senhor fica ofendido) mais um dinheirito ao povo. Aos munícipes. São mais um lugarzitos de estacionamento é uma coisa miserabilista. Transforma a rua larga em rua estreita, com prejuízos para todos nós, prejuízo para agilização de viaturas pesadas que precisem de ir para a Beira-Mar acudir a um incendio, uma ambulância, e faz aquele acanhamento que a gente chega lá de perfil e diz assim isto nem é rua, é um carroiro. Quem perspectiva ali aquela rua ou vai comer ali naquele restaurantezinho económico que ali está e perspectiva ali onde tudo foi esplendoroso, hoje vê ali um carreirinho! Por amor de Deus. Só se for para os miúdos andarem de skates, terá essa utilidade. V. Exa é o autor de transformar a rua larga na rua estreita ou carroiro. Tenho dito Senhor Presidente.”

Vogal Paulo Marques (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁷

“Eu vou começar por dar razão a uma pequena parte da intervenção do Dr. Jorge Nascimento. E foi uma de sentido único para nos ajudarem a resolver o problema da Câmara Municipal de Aveiro. E esse sentido único o brigou que a determinada altura esta Câmara levasse a determinada deliberação que nós aqui aprovámos. O Senhor não, mas esta maioria que suporta a Câmara Municipal. E importam lembrar que a Câmara e o município de Aveiro é um município FAM, obrigado a colocar os impostos no máximo. Não esquecer que o município está obrigado a aumentar a sua receita e diminuir a sua despesa. E é bom que as pessoas não se esqueçam disso.

É bom não esquecer que para que todas as coisas corram bem, para que o Estado confie na Câmara Municipal de Aveiro, Estado financiador também é preciso que a Câmara dê sinais de parceria nesse sentido. Sinais de complementaridade mostrando que de facto pretende resolver os problemas municipais, mas que também está disposta a assumir alguns sacrifícios no seu papel.

E quanto a estes impostos todos eles têm função individual, todos eles representam determinada solução, mas no seu global assumem papel fundamental nesta estratégia de recuperação financeira, por uma simples razão, porque a Câmara não está em condições de abdicar deles. Não pode abdicar deste tipo de receitas. Não está em condições e está obrigado a assumi-las como essenciais para que haja o tal reequilíbrio financeiro que nós todos desejamos para o município. Consequentemente para o bem-estar dos cidadãos.

E o que é que podemos destacar deste conjunto de impostos? O contributo social que eles representam para os cidadãos. Aquilo que eles representam em termos de benefício. Aquilo que eles permitem no dia-a-dia em termos de resposta satisfazer as exigências que é isso que os aveirenses devem exigir da sua Câmara. Exigir que a Câmara retribua através da sua intervenção, retribua e lhe dê de facto resposta aos seus problemas.

Querem que a Câmara continue a honrar a sua palavra precisa destes impostos. Querem que a Câmara recupere financeiramente (já aqui foi dito) precisa destes impostos. Precisa de cumprir a gestão diária do município precisa destes impostos. E portanto como diz o Dr. Jorge Nascimento de facto é um sinal de sentido único. Não há outro, não se pode voltar atrás.

Depois também aqui foi referido que tem apontamentos de injustiça esta atuação da Câmara e este caminho. Que se está a seguir gera alguma injustiça. Se calhar a injustiça de não fazer o que deve ser feito é muito mais pesado. E portanto faz sentido que estes impostos que aqui nos são apresentados tenham estes valores, faz sentido que este sentido único de facto seja sentido único e não se caia no erro de aligeirar o que não deve ser aligeirado porque no passado pagou-se esse aligeirar. Estamos a pagar e vamos continuar a pagar. E portanto apenas dizer Senhor Presidente da Câmara que conta com o apoio da bancada do CDS/PP para levar avante todas as suas pretensões no sentido de colocar esta Câmara Municipal num patamar financeiro muito acima daquele que se encontra hoje.”

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁸

“Muito obrigado Senhor Presidente. Em relação ao IMI dizer que na verdade os municípios vão pagar menos 10% de IMI e vão fazê-lo em consequência duma opção do Orçamento de Estado. E penso que será consensual que essa é uma das consequências mais apreciadas do Orçamento de Estado, mesmo por aqueles que não tenham eventualmente grande apreço pelo Orçamento.

Mas manda a verdade que existe esta redução porque teve o voto favorável, não de todos os partidos, mas também o proponente, o Senhor Presidente já o referiu, o Partido Comunista Português, o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda que o viabilizaram. A alteração que consta do Orçamento de Estado em vigor foi a fixação do IMI entre 0.3 e 0.45.

E agora uma pequena correção, permita-me que o corrija, não é exatamente verdade que os municípios FAM pudessem sem mais fixar este valor em 0.5 porque o que a Lei determinou foi uma norma prudencial, colocada no Orçamento de Estado, foi a circunstância de municípios abrangidos por esses requisitos poderem fixar e leio «com fundamento na sua indispensabilidade para cumprir os objetivos definidos» Ou seja, aqueles que tinham toda a sua programação digamos, passe a expressão, ao cêntimo, com aquela receita, obviamente que se a taxa máxima desceria poderia estar em causa o seu cumprimento. E como à pouco também se fez referência, um município que tem dificuldades maiores do que Aveiro, Portimão, também o fez porque manifestamente não era «indispensável» pois felizmente há outras possibilidades, como aliás seria a confissão da total incapacidade do município de poder atuar de outra forma que não essa. Portanto o que temos que registar e fazemo-lo com agrado é esta diminuição.

Não sei o que é que vai acontecer com o OE para 2017, mas como é público e notório quaisquer alterações que comprometam despesa terão de ser compensadas com receita. Nós sabemos das geometrias variáveis das alterações na especialidade. Porém, o Senhor Presidente também referiu, e isso sim, deve ser sublinhado, mais do que a taxa é o compromisso da revisão pelo Governo da revisão da Lei do FAM no primeiro semestre de 2017 e a concretização esperada da atual lei que consagre e que o Senhor Ministro Adjunto sempre foi opositor e, portanto, é expectável que venha a ser consagrada, que é a libertação dos municípios FAM do constrangimento de estarem vinculados à taxa máxima.

Obviamente que têm necessidades especiais, mas deve ser dada a margem de manobra de poder cumprir os seus compromissos de outra forma. E foram as críticas que na altura a minoria referia, que de facto a vinculação à taxa máxima tem constrangimentos até ao nível da atratividade e da gestão das políticas municipais, daqueles que de maior liberdade, também nesta matéria dela carecem.

E portanto, contará seguramente com a nossa disponibilidade para se vir a obter uma solução que passe pela libertação desse constrangimento de Aveiro e dos demais municípios sujeitos ao FAM. E quanto ao mais, obviamente revemo-nos na posição já assumida pelos Vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal. E portanto não é outra coisa de esperar que não seja aprovar as taxas. Muito obrigado.”

Vogal Francisco Picado (PS)⁰³⁹

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁰

“Muito rapidamente Senhor Presidente. Algumas das intervenções fica-me a dúvida se a dívida da Câmara será de pai incógnito!? E fica-me a dúvida se dívida é para pagar. Fique com algumas dúvidas sobre essa matéria. Até sei que a dívida do Estado Português já vai em 133 mil milhões do PIB e também não deve ser para pagar!

Depois há coisas aqui que me surpreendem. Porque tivemos aqui há tempo uma discussão de como as empresas fazem refletir os seus custos nos preços que cobram aos seus clientes.

Eu aconselhava a verem alguns livros sobre essa matéria escusa-mos de estar aqui a discutir na Assembleia. Isso não é uma matéria da política, penso eu, municipal.

Eu queria agradecer ao deputado António Neto este carinho especial que tem pelo PSD!? Refere-nos imensas vezes e eu agradeço isso, não é. E quero agradecer de facto ao seu partido para que o IMI tivesse sido reduzido, mas como levantei aquela questão acerca do pagamento da dívida não sei se não poderíamos ter uma conversinha maias tarde sobre essa matéria.

O Senhor deputado Jorge Nascimento faz aqui uma intervenção que deixa assim um bocadinho perturbado. Porque o Senhor deputado Jorge Nascimento não quer certamente que o Senhor Presidente da Câmara seja demagogo? Não quererá. E portanto quando o Senhor deputado está a propor que o senhor presidente da câmara diga “é pá eu só vou aplicar 0.3 e depois daqui a uns dias venho aplicar 0.45” Mas depois venha dizer “ai a culpa não é minha” porque eu só quero 0.3. O Senhor Presidente da Câmara nessa altura seria um demagogo. E nenhum de nós quer certamente que ele seja.

Em conclusão. Eu acho que está mais que justificada a carga fiscal que a Câmara está a propor que seja aplicada para o próximo ano. E está mais que justificada pelo equilíbrio financeiro para o qual nós temos de caminhar e que resulta de dívidas acumuladas por esta Câmara e que não foram naturalmente da responsabilidade deste executivo. Muito obrigado.”

(Entretanto saiu da sala o Presidente de Junta de Freguesia João Carlos Rodrigues Morgado).

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[041](#)

“Filipe Guerra, clarificando. Em dois mil e treze, cumprindo o nosso compromisso eleitoral e que vocês, de vez em quando, tentam adulterá-lo - hoje não o fizeram, obrigado - em dois mil e treze decidimos manter a taxa de zero três para aplicar em dois mil e catorze e em dois mil e catorze decidimos aplicar a taxa de zero quatro para dois mil e quinze. Um mês e pouco depois de cá estarmos veio cá o pacote fiscal, anulámos aquele pacote fiscal que tinha sido aprovado com todas as aspas para quatro anos, por promessa eleitoral, e pusemos as coisas na devida ordem. Foi esse o preceito que já me confirmou pelo seu acenar.

Há uma questão que é importante que se clarifique que é a questão da derrama. Eu dou o meu testemunho mas vocês podem dar o vosso testemunho. A derrama não é um problema para a estrutura de custos de nenhuma empresa que pague derrama. Vocês podem ter ouvido mas eu nunca ouvi uma empresa ou empresário que pague derrama a queixar-se do pagamento. Nunca ouvi, sinceramente. Já são uns anitos nesta vida e nunca ouvi. Há outros problemas com a tributação mas, de facto, com a derrama nunca ouvi. Acho que temos uma derrama equilibrada que dá um contributo, que não é muito grande, que anda por volta dos três milhões de euros, entre os dois milhões vírgula cinco e os três milhões de euros por ano. É um valor equilibrado para que as nossas empresas participem com uma parte dos seus lucros no orçamento municipal por via directa.

A outra questão é a do IRS. Se alguém se tem que queixar de alguma coisa sobre o IRS é das taxas de IRS que são fixadas por outra gente, em regra pelo Governo ou por proposta do Governo e por decisão da Assembleia da República. A única coisa que a lei nos permite é podermos fazer uma redução até cinco por cento no valor de IRS pago pelos contribuintes. Se o IRS é muito alto ou se as taxas são não sei do quê essa não é nossa responsabilidade. E quando aqui, também em dois mil e treze, acabámos com o desconto que existia foi porque a incidência daquele desconto era, por ano, de nove euros por munícipe contribuinte de IRS e que nós entendemos não relevante, embora seja relevante para a nossa receita e temos também as obrigações do FAM.

Quanto à Taxa Municipal dos Direitos de Passagem há novidades na proposta de lei do Orçamento do Estado para dois mil e dezassete embora não sejam plenas. Aquilo que os municípios reivindicam desde que a taxa foi criada são duas coisas: uma, é que sejam as empresas a assumi-la nas suas estruturas de custos; a outra, é que não seja explicitada na factura porque é ridículo. É ridículo que na factura tenha lá um valor que é pequenino, mas que é o que é, a dizer que este valor é para o município obter uma receita. Isto é ridículo. Aquilo que está na proposta do Orçamento do Estado para dois mil e dezassete é acabar com esta segunda coisa ridícula. Infelizmente não acaba com a primeira. O Dr. Jorge Nascimento pergunta sobre o valor. O valor é muito pequeno, Dr. Jorge Nascimento e ainda por cima nem sequer está estabilizado. Como deve ter visto no mapa da proposta andamos nos últimos anos entre os vinte mil euros e os quarenta mil euros. Porquê? Porque de vez em quando há uma empresa que diz «este ano não pago» e no outro ano já paga. É por isso que a nossa receita nos últimos anos está toda aos “s’s”. Mas mesmo nos anos mais altos, como foi o ano passado, quarenta mil euros, sucedendo aos dezanove mil do ano anterior, a questão é que isto dá meio euro por município e por ano. Perguntou o Sr. Dr., «que serviços é que a Câmara tem e presta para cobrar esta taxa»? Tomáramos nós que a receita pagasse. Não é o serviço porque o serviço que prestamos é dar o direito de passagem. Esse é o serviço que se presta, é um serviço legal; nós damos o “direito de passagem”. Embora isto não seja exatamente uma verdade porque ao abrigo da lei portuguesa, na minha opinião erradamente, não são as câmaras que dão o direito de passagem. O direito de passagem para estes operadores é dado por licenças de operação nacional. Onde é que fia a lógica da taxa? A lógica da taxa fica na gestão ou na comparticipação financeira dos danos causados por essa passagem no património municipal, nas estradas, nos passeios, etc. A lógica desta taxa é essa. É obrigar estes operadores que nos aparecem pela nossa terra dentro sem nos pedir licença, sem a nossa licença porque têm a licença de outra gente, pelo menos que contribuam um bocadinho, porque isto é só um bocadinho, para os danos que nos causam e que durante muitos anos nós câmara temos que andar a gastar muito dinheiro para repararmos os danos que nos causam no domínio público. Esta é a lógica da taxa. O nome é que não faz muito sentido porque nós não damos o direito de passagem; não somos nós que damos o direito. Taxa-se esse direito precisamente pelo dano que o uso desse direito conferido por outros provoca em equipamentos municipais que estão á nossa responsabilidade.

Nós temos aqui a geringonça perfeita, quase aqui uma aliança entre o Dr. António Costa e o Dr. Paulo Portas é a geringonça perfeita, embora seja importante que cada um assuma as suas responsabilidades objetivas e que não se ponha a ficar com a bandeira do outro. Sim...Paulo Portas é que inventou o termo geringonça como baptismo da coisa que é a maioria parlamentar. Ele é que foi o pai da palavra. Mas a questão importante não é essa. A questão importante é que a maioria parlamentar que nos governa decidiu dar esta possibilidade aos municípios FAM de escolherem entre estas duas taxas, zero cinco e zero quarenta e cinco. Isto é objetivo. Aquilo que até à entrada em vigor da lei do Orçamento do Estado de dois mil e dezasseis, no dia trinta e um de Março deste ano, era de zero cinco, essa lei veio-nos dar uma opção de escolha entre zero quarenta e cinco e entre zero cinco; podíamos escolher zero quarenta e sete, etc. Tínhamos essa opção. Isto foi aquilo que a maioria parlamentar nos deu. A decisão de ser zero quarenta e cinco ou zero cinco ou algum valor intermédio, essa decisão é da maioria que governa o Município de Aveiro, no Executivo e no deliberativo, composta pelo Partido Social-Democrata e pelo Partido Popular. Essa é uma decisão nossa. Podíamos estar aqui a saudar o Governo e a maioria parlamentar mas a dizer «nós precisamos de zero cinco e a proposta que trazemos é de zero cinco». Mas a proposta que trazemos cá, a nossa

decisão, transformada em proposta à Assembleia Municipal, é de zero quarenta e cinco. Portanto, aqui estou eu na geringonça perfeita porque a maioria nacional, não a do Município de Aveiro porque essa não propõe nada, veio dar-nos a possibilidade de escolher e nós escolhemos o valor mais baixo do intervalo que está colocado ao nosso dispor em termos legais. É assim que as operações são rigorosamente colocadas. No entanto, o Partido Socialista tenta dois exercícios. Um exercício já clássico do Francisco Picado e um exercício inovador do Filipe Neto Brandão.

O do Filipe Neto Brandão é a indispensabilidade. Obviamente que o Sr. Dr., como jurista, estaria aqui três dias a explicar o que quer dizer a indispensabilidade legal. Eu nem sequer preciso de três minutos. O que está aí, em termos da questão financeira da indispensabilidade, é que uma Câmara como a de Aveiro, mesmo com a taxa máxima, não consegue dar cumprimento à Lei dos Compromissos. A nossa indispensabilidade de estar na taxa máxima do IMI, na máxima de outras e devíamos estar com muitas mais receitas, é para resolvermos um problema muito grave que é não cumprirmos a Lei dos Compromissos. No nosso caso há, de facto, indispensabilidade absoluta de ter o IMI na taxa máxima. Ainda não chegou, deverá chegar dentro de uma semana, mas vocês vão ver o parecer do FAM ao Plano e Orçamento de dois mil e dezassete, porque o FAM não gostou muito desta nossa conversa, foi uma luta e vamos ver o que é que vem escrito no parecer. Esta nossa opção foi uma opção bem dura para ser negociada, quer no PAM, quer depois na própria operação porque houve uma simultaneidade porque há uma fase em que o esboço do orçamento já estava no FAM e ainda lá estava o processo do PAM. Não foi nada fácil. E onde é que nós colocamos os créditos de defender que conseguimos a tal recuperação financeira com zero quarenta e cinco e não é indispensável o zero cinco? Obviamente, com a proposta que fizemos do PAM, embora, repito e vamos ver o que é a direcção do Fundo escreve no parecer ao nosso Orçamento para dois mil e dezassete, foi dura a negociação porque a perspectiva base da direcção do FAM é que nós tínhamos que manter o IMI em zero cinco. Não nesta discussão mas na discussão do PAM porque no PAM que nós aprovámos o que lá está é zero quarenta e cinco. Há aqui equilíbrios, negociações, e, obviamente, o Sr. Dr. ou qualquer outra pessoa pode pedir uma reunião à direcção do FAM que, com toda a independência, vos explicará isto que eu estou aqui a acabar de dizer.

A outra questão são as dívidas do Francisco Picado que são recorrentes, como bem disse, e eu vou recorrer à resposta que é a mesmas, pedindo desculpa para aqueles que já a perceberam e que já ultrapassaram as suas dívidas porque o Francisco Picado ainda não ultrapassou as suas dívidas. O PAM é informal, não está em vigor. O PAM está formalmente em vigor, ponto final parágrafo. O que o PAM não está é em pleno vigor. E o que é que falta para atingir essa plenitude? Falta o visto que o Tribunal de Contas que permite acionar o empréstimo bancário que, no caso, é um empréstimo do FAM. E o que é que nos dá o PAM estar em vigor e a lei FAM se aplicar em absoluto ao nosso Município? As medidas de reequilíbrio financeiro, aquelas que a lei determina e que nós cumprimos e estão cumpridas desde o ano passado a cem por cento, o plano de recuperação de dívidas (PRD), o facto de termos fixado o plano de recuperação de dívidas, não podemos pagar as dívidas que estão no Plano, sejam aquelas que estavam no PRD da versão um, sejam as que estão no PRD da versão dois. Não podemos porquê? Porque temos condicionamento legal. Criámos uma excepção, lembrando o despacho de trinta de Março de dois mil e dezasseis para dar destino aos três vírgula cinco milhões de euros de disponibilidade financeira que gerámos na gestão financeira de dois mil e quinze. Uma coisa importantíssima, a Lei FAM permite-nos excepcionar um conjunto de despesas para podermos fazê-las mesmo com fundos disponíveis negativos de grande dimensão. A nossa Câmara continua a não cumprir a Lei dos Compromissos, temos

fundos disponíveis que, neste momento, já andam um bocadinho abaixo dos cinquenta milhões de euros mas ainda estão muito altos. Como é que nós temos conseguido fazer o que temos feito? Exatamente pelas excepções que a lei FAM nos permite fazer.

Quanto ao ATU, nós temos um contrato de ATU que fizemos, estão cá na nossa tesouraria dez vírgula cinco milhões de euros e isso quer dizer compromisso formal com o FAM. E a importantíssima proteção contra as penhoras e contra as injunções. Importantíssimo e uma coisa fundamental. Mas o Francisco Picado nas suas dúvidas pensa assim «está muito certo, eu já sabia disto, o presidente repetiu, eu já sabia mas só fiz aqui uma intervenção para tentar criar aquela agitação demagógica de origem socialista». A questão existencial dele é assim «e o IMI Familiar»? Como é que para todo o resto o PAM está em vigor mas para o IMI Familiar não está? Francisco Picado, já lhe respondi a isto mas vou responder outra vez. É nosso entendimento forçado, o FAM não concorda connosco, só que nos protegemos porque nunca lhes perguntámos formalmente. Não sei o que é que a Câmara de Portimão vai agora fazer, pode a minha colega Isilda ter mudado outra vez de opinião e o Filipe Neto Brandão assinalar isso, portanto vou jogar mais à defesa. O ano passado Portimão não teve IMI Familiar porque escreveu ao FAM, fez um ofício a perguntar se podia e o FAM respondeu a dizer que não podia e não houve. Agora parei, não vou dizer mais nada em relação a este ano, até porque não sei, sinceramente não falei sobre isso com a minha colega. A nossa visão é que nós defendemos outra tese no que respeita às isenções que são definidas numa outra alínea da Lei que não a das taxas máximas de impostos. Defendemos que essa componente só deve ser assinada com o PAM em pleno vigor. Por isso está escrito neste documento, como estava escrito na proposta do IMI do ano passado, a tal questão de que entrando em vigor vai lá para parecer formal. A direcção do FAM não concorda connosco já que acha que isto deveria ir lá e a decisão deles é clara que não devíamos ter direito. É o nosso campo de risco, é o nosso espaço de leitura da lei, é o nosso espaço de opção política. Esta é, objectivamente, a resposta e eu já lha tinha dado. Percebo que esta seja mais difícil de entender que a outra embora já tenha percebido, pela sua face, que as dúvidas também são como a luta. Nós preferimos seguir na luta, V. Exa. persistirá nas suas dúvidas que não nos ajudam a resolver os problemas dos cidadãos. Tem a ver com a utilidade objetiva para resolvermos os problemas dos nossos concidadãos.

O Dr. Jorge Nascimento pergunta o que é que nós temos feito ao dinheiro. Obviamente que perceberá o que é que temos feito ao dinheiro lendo os relatórios de actividades, lendo as nossas notas de imprensa, estando mais atento quando circula pelas estradas e sei que o faz a baixa velocidade e que não precisa de estradas largas porque circula com qualidade em estradas estreitas porque V. Exa. é um exemplo de cidadania por circular de bicicleta. Espero que continue a ter muita saúde para o poder continuar a fazer por longos e felizes anos. O que temos feito ao dinheiro são muitas coisas. Temos pago dívida e o pagamento da dívida, Sr. Dr., tem uma importância social incrível. Pergunte aos cidadãos que esperavam por receber dinheiro de venda de terrenos há quinze anos. Pergunte a empresas pequeninas, do tal grupo das quatrocentas, às quais devíamos pouco dinheiro, que bem lhes fez receberem o dinheiro. Pergunte aos bancos e à lei, porque nós temos cumprido todo o serviço da dívida bancária a cem por cento. Depois veja a nossa rede viária, o que temos hoje e o que tínhamos quando cá chegámos há três anos. Aquele site, não sei se ainda existe, dos buracos de Aveiro; hoje nós sabemos, um a um, onde é que estão os buracos da nossa rede viária porque eles ainda existem mas são poucos. Ainda temos estradas más? Muitas porque a operação de qualificação total é mais lenta do que a operação de tapar buracos um a um. Mas relembro o estado em que estava a nossa rede viária. Já são quase cinco milhões de euros em três anos para tapar buracos e em qualificar estradas. Fundo de apoio às famílias, Sr. Dr., aquilo que a

Assembleia Municipal aprovou do Fundo de Apoio às Famílias tem estado a ser usado pelas famílias que precisam. O Fundo tem deliberações, não é em todas as reuniões de Câmara, mas em muitas; estamos a ajudar quem precisa. Estamos a qualificar os nossos edifícios escolares. Estamos a pagar projetos para preparar os novos investimentos que vamos fazer com os dinheiros dos fundos comunitários. Estamos a pagar a toda a gente que nos vende bens e presta serviços desde Janeiro de dois mil e catorze a tempo e horas. Saberá V. Exa. a importância social de pagar a tempo e horas a todas as pessoas e empresas que trabalham para nós. É em tudo isto, Sr. Dr., que temos gasto o nosso dinheiro. Não temos dívidas aos nossos bombeiros. As únicas associações com quem protocolámos, porque as exceções da Lei FAM permitem-nos protocolar com os bombeiros mas não nos permitem protocolar com outras associações, têm as contas em dia connosco. Mais, quando uma das nossas cooperações precisa, por aflição da sua situação financeira, de antecipações temo-las feito. Temos capacidade financeira para o fazer. Isto tem uma importância social muito grande para a vida de toda a gente. E aqueles cidadãos que têm mesmo menos condição já sabem o efeito pequenino mas para eles tão importante do fim da taxa de Protecção Civil; acabámos com a taxa de Protecção Civil. Reduzimos em quinze por cento este ano a taxa de resíduos sólidos urbanos. E este pagam os pobres porque os pobres não pagam IMI mas toda a gente que é pobre, usando a expressão do António Neto, bebe água, consome água, para a sua vida pagava taxa de Protecção Civil e paga taxa de resíduos sólidos. E esses têm hoje uma factura fiscal menor. Dirá sempre V. Exa. que é muito pouco. Pois com certeza mas para quem tem pouco o pouco é muito, na certeza absoluta que prosseguiremos esse caminho de redução da nossa factura, nossa da Câmara, total da gestão dos resíduos sólidos e como consequência continuarmos a reduzir aquela que é uma das facturas mais elevadas de resíduos sólidos urbanos do nosso país, há muitos anos. Esse caminho vai ser percorrido.

É verdade, António Neto, que há algumas famílias com dificuldades e a dificuldade é a da vida e para aquelas que têm que pagar IMI é mais uma conta. O IMI não é um problema de nenhuma família em Portugal. Uma família média em Portugal paga na sua factura fiscal apenas quinze por cento de impostos municipais, oitenta e cinco por cento são impostos nacionais. O mais pesado e que as pessoas nem sentem que estão a pagar chama-se IVA e é pago por toda a gente. O IRS não é pago por toda a gente, porque as pessoas com menores rendimentos não pagam, mas é pago por muita gente. As pessoas que têm que utilizar transportes o imposto sobre os combustíveis em Portugal é a loucura total que toda a gente sabe. Era e continua a ser e a geringonça ainda não fez proposta nenhuma para baixar o imposto sobre os combustíveis. Aliás, a proposta do Orçamento do Estado para dois mil e dezassete agrava o total do pagamento de impostos dos portugueses em cinco mil milhões de euros. Para quem prometeu aliviar a carga fiscal aumentá-la em cinco milhões é mesmo “tchhh”; concordo consigo e subscrevo o seu “tchhh”. Agora, há uma proposta que o Bloco de Esquerda também pode fazer e faço aqui esta indicação para o ajudar na proposta. Eu acho que as isenções de IMI que a lei permite na conjugação do factor entre o rendimento da família contribuinte e o valor patrimonial do imóvel são desequilibrados, não tanto na componente do rendimento que acho que está aceitável mas na componente do valor patrimonial que é baixo demais. É muito fácil arranjar uma família que está com problemas de rendimento e que entra na regra da lei em relação ao rendimento mas que por muito modesta que seja a sua casa não consegue que o seu valor patrimonial entre na regra do limite patrimonial do bem em causa. E é por isso que temos famílias, enfim, pobres ou com um problema pontual de rendimento mas não conseguem aceder às isenções de IMI porque a lei está, na minha opinião, errada. O Bloco de Esquerda que pense nisto. Olhem ao estado que eu cheguei

a fazer propostas ao Bloco de Esquerda para tentar usar o poder do Bloco para ajudar as famílias pobres. É também na Lei do Orçamento do Estado, só estou com uma pequena falha de memória porque não me lembro do número do artigo, que estão estes dois valores que depois se tem que articular um com o outro para que as pessoas possam aceder a isenções de IMI que são tratadas com a autoridade tributária, não são geridas pelos municípios.

O Dr. Jorge Nascimento falou ainda de sacrificar os munícipes durante vinte anos. Eu relembro aquilo que já disse. No nosso PAM o ponto de equilíbrio em que entramos no cumprimento da lei, o tal limite do um vírgula cinco no rácio da dívida total com a receita, é em dois mil e vinte e três. A partir de dois mil e vinte e três nós vamos manter o empréstimo mas vão acabar as nossas obrigações legais perante o PAM. Aquilo que temos dito e repito-o hoje é que é nossa absoluta e clara convicção que seguindo com a qualidade de gestão que levamos nós vamos conseguir antecipar esse dois mil e vinte e três um a três anos. Mais do que três anos não vale a pena dizer porque não é realista mas é possível antecipar esse dois mil e vinte e três entre um a três anos, se mantivermos este ritmo e a qualidade de gestão que temos vindo a ter para antecipar a libertação das nossas obrigações legais mantendo o empréstimo porque aí não há dúvidas é contratado a vinte anos.

Quanto à rua José Estêvão ser estreita falamos num próximo ponto embora perceberá V. Exa. que terá, na sua vida, passado dentro de um camião mais largo na Rua José Estêvão e pareceu-lhe que a rua não é assim tão larga como lhe parecia se passasse de bicicleta ou eventualmente terá feito uma viagem dentro de um dos camiões que andam a fazer a obra ou numa das máquinas e, de facto, são máquinas mais largas que o normal e pareceu a V. Exa. que a estrada é estreita e não tão larga como lhe parece como quando circula de bicicleta. A estrada está bem, o calibre com que ela fica é igual ao que tinha, com uma ligeira nuance que depois lhe explicarei no dia em que fizermos uma visita conjunta e vai ver que ali vamos ser todos muito mais felizes porque ela fica com mais qualidade do que aquilo que tinha.

Agradeço ao Paulo Marques deste sentido único, desta expressão tão simples usando apenas duas palavras mas que diz tudo. Este é o nosso único sentido de recuperação credível, sustentável, determinada da nossa situação financeira, não só para recuperarmos a situação financeira e para pagarmos a quem devemos mas para que ao mesmo tempo tenhamos capacidade financeira de elevar a qualidade dos serviços que prestamos e de termos mais capacidade de investimento cumprindo a lei, nomeadamente essa lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso que é difícil e tem um quadro sancionatório muito pesado. Esse é o sentido único onde, de facto, estamos e onde não podemos sair de forma alguma e julgo que toda a gente já percebeu Aquilo que eu oiço muitas vezes dos nossos munícipes quando me dizem «Sr. Presidente, pagamos IMI demais», «quando é que é possível baixar o IMI?». Em regra, aquilo que as pessoas pedem é que a sua rua, aquilo que são as suas preocupações maiores, que vejam o seu dinheiro a ser transformado em serviço. É minha profunda convicção da nossa relação com os cidadãos que há cada vez mais cidadãos que veem que aquilo que estão a pagar a mais do que aquilo que seria normal para nos ajudar a resolver o problema que criaram está cada vez mais ao serviço deles próprios nas múltiplas operações de serviço ou imateriais ou de obras que estamos a concretizar.

Em relação às taxas devo dizer-vos que estamos, finalmente, com um crescimento grande no imobiliário. Hoje, entre obras em curso e obras em fase de licenciamento já irreversíveis, temos uma carteira de quase quarenta milhões de euros. Não tive com nenhuns dos investidores e obviamente todas essas operações passaram por mim, são investidores, não tive nenhum que me falasse de taxas. E o impacto das taxas sobre o

investimento total, em todas as operações, e o valor absoluto é relevante, é muito pequeno, abaixo de um por cento; só há um caso em que é superior a um por cento por causa de uma componente muito específica na obra, nesse caso, ainda não em curso. Portanto, estamos a conquistar investimento também nessa área onde as taxas de licenciamento são aplicadas com toda a devida normalidade.

Por isso, aquilo que disse o Henrique Diz é aquilo que estamos a fazer e é aquilo que vamos continuar a fazer que é ter uma justificação clara, hoje para a decisão que estamos a tomar, amanhã para as justificações e para as discussões que tenhamos que ter com a direcção do FAM quando estas matérias, nomeadamente das isenções, lá estiverem que ir absolutamente, sem qualquer dúvida, com o PAM plenamente em vigor com o visto do Tribunal de Contas. Está aqui um acento de credibilidade que nos garante encarar esse tempo de forma tranquila e com a garantia absoluta que o vamos encarar com toda a necessária qualidade.”

Vogal António Neto (BE)⁰⁴²

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)⁰⁴³

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁴

“Apenas duas notas. António Neto, eu nunca disse que a questão do Tribunal de Contas está ultrapassada. Não está nada ultrapassada. Ela só está ultrapassada quando o Tribunal de Contas emitir o Visto. Não invente frases minhas porque eu nunca disse uma coisa dessas. Só quando tivermos o visto é que temos a questão ultrapassada no Tribunal de Contas. O argumento final do recurso, se leu o recurso, tem apenas a ver com um factor. O Tribunal de Contas acabou por aceitar todas as nossas justificações, resolvemos um problema com a decisão do Fundo de financiar os empréstimos, era o segundo argumento do Tribunal de Contas e foi resolvido com essa alteração, e o outro foi o financiamento dos défices dos três primeiros anos do ajustamento. É o argumento, qual empurrar para a frente, não tem nada com o empurrar para a frente. O argumento é este, está lá em português claríssimo. Aliás, está expresso com muito pouca tecnicidade e muito fácil de entender.

Dr. Filipe Neto Brandão, cada um usa a estatística que quer. A Nação continua a ter uma grande opacidade estatística ao contrário do nosso Município. Exercitam-se vários números, por exemplo estavam trezentos e oito milhões de euros escondidos no ministério da Agricultura, até o Mário Nogueira está com dúvidas qual será o orçamento do ministério da Educação; há aqui um conjunto de situações às quais temos assistido recentemente. As minhas fontes são as do partido ao qual pertenço e que, aliás, tem declarações públicas, e que dizem o que dizem e eu dou-lhes credibilidade. O que era muito bom no país é que fizessem aquilo que nós fizemos aqui. Os números são os números, claros e cristalinos, metemos os mapas todos em cima da mesa ao mesmo tempo, não é preciso a oposição reivindicar que faltam mapas; estão aqui os números todos. Agora, façamos a discussão política sem estarmos a dizer que o número é este ou é aquele, sempre com a consideração do que são números provisionais e as execuções. É muito importante que a pátria também acabe com esta discussão dos números, que os números sejam claros e cristalinos e iguais para todos e depois só se faça a devida discussão política.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa iniciou a votação relativamente Ponto 2 – Apreciação e votação da proposta do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2017, sendo o mesmo aprovado por maioria⁰⁴⁵, com vinte e um votos a favor (PSD14+CDS6+IND1), sete abstenções (PS7), e cinco votos contra (BE1+PCP1+IND3).

A seguir o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto 3 – Apreciação e votação da proposta da Derrama para 2017, sendo o mesmo aprovado por maioria⁰⁴⁶, com vinte e três votos a favor (PSD14+CDS6+IND3), oito abstenções (PS7+BE1), e dois votos contra (PCP1+IND1).

Depois colocou à votação o Ponto 4 – Apreciação e votação da proposta da Participação variável no IRS para 2017, sendo o mesmo aprovado por maioria⁰⁴⁷, com vinte e dois votos a favor (PSD14+CDS6+IND2), oito abstenções (PS7+IND1), e três votos contra (BE1+PCP1+IND1).

Seguindo colocou à votação o Ponto 5 – Apreciação e votação da proposta da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2017, sendo o mesmo aprovado por maioria⁰⁴⁸, com vinte e dois votos a favor (PSD14+CDS6+IND2), oito abstenções (PS7+IND1), e três votos contra (BE1+PCP1+IND1).

Continuando colocou à votação Ponto 6 – Apreciação e votação da proposta de Atualização de Taxas - RUMA (Regulamento Urbanístico do Município de Aveiro) e RMTOR (Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas), sendo o mesmo aprovado por maioria⁰⁴⁹, com vinte e dois votos a favor (PSD14+CDS6+IND2), oito abstenções (PS7+IND1), e três votos contra (BE1+PCP1+IND1).

Presidente da Mesa⁰⁵⁰

Vogal António Neto (BE)⁰⁵¹

Presidente da Mesa⁰⁵²

Vogal António Neto (BE)⁰⁵³

Presidente da Mesa⁰⁵⁴

Não houve declarações de Voto.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa informou o plenário que para este período regimental existia um munícipe inscrito, Vera Lúcia de Jesus Pires da Rosa,⁰⁵⁵ residente na Freguesia de Glória e Vera Cruz, que veio apresentar preocupações sobre problemas de urbanização.

Vera Lúcia (Munícipe)⁰⁵⁶

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁷

De seguida, o Presidente da Mesa, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação da acta em minuta respeitante a esta reunião da sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação⁰⁵⁸ foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Continuando o Presidente da Mesa deu por encerrada a primeira reunião da Sessão Ordinária Novembro, informando que a próxima reunião da sessão será no dia 18 de Novembro (6.ª feira), pelas 20:30 horas.

Eram 01:00 horas do dia 12 de Novembro de 2016.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.

(04:30)